

POVO LIVRE

Director: Luís Álvaro Campos Ferreira

Periodicidade Semanal

Internet: www.psd.pt - E-Mail: povolivre@psd.pt

Portal do Cidadão



(Pag 10)

Acolhimento ao imigrante



(Pag 9)

Associação «Sol» com deputados do PSD



(pag 8)

Conselho Nacional marca Congresso



para 21, 22 e 23 de Maio
em Oliveira de Azemeis

(centrais)

Intervenção sobre as Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios

Deputada Maria Ofélia Moleiro

Assembleia da República, 17 de Março de 2004



(...)

O sector florestal português constitui uma riqueza estratégica cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento recolhe a unanimidade nacional.

(...)

Apesar da importância ambiental, económica e social da floresta, nem sempre a política tem sido consentânea com os princípios da prevenção, vigilância e apoio no combate aos incêndios florestais.

A ténue gestão florestal, o excessivo parcelamento fundiário, os desequilíbrios na constituição dos povoamentos, o desordenamento e o abandono em que se encontram largas áreas florestais, sem desmatagem e eliminação dos desperdícios lenhosos, entre outras razões, conduzem a situações de calamidade e catástrofe como aquelas que se verificaram no Verão passado.

(...)

Como modo de dar resposta aos muitos problemas estruturais que o sector florestal enfrenta, o Governo aprovou a 31 de Outubro de 2003 uma Resolução

(178/2003) que aprova as grandes linhas orientadoras da reforma estrutural do sector das florestas.

Da referida Resolução consta o objectivo de “criação das comissões municipais de defesa da floresta contra incêndios, enquanto centros de coordenação e acção local, no âmbito e sob coordenação das Câmaras Municipais”.

É, no cumprimento daquele objectivo, que se insere a proposta de lei nº 114/IX que hoje se encontra em debate.

Esta iniciativa legislativa fecha um modelo orgânico que se quer actuante e que naturalmente dê resposta à necessidade de estruturação da prevenção, vigilância, detecção e apoio ao combate aos incêndios florestais.

(...)

Com esta iniciativa legislativa fica concluído o quadro legal das grandes linhas orientadoras da reforma do sector das florestas, especialmente o Quadro Normativo da prevenção, detecção e combate aos fogos florestais, que teve o seu início com a Resolução do Conselho de Ministros nº 178/2003 e cujo desenvolvimento teve o seu epílogo no Conselho de Ministros de 4 de Fevereiro deste ano.

(...)

Estamos certos que a sua aplicação com novos meios evitará danos ambientais e patrimoniais que só se reparam ao longo de muitos anos.

Observatório

Orgulho em ser mulher

A taxa de desemprego das mulheres tem sido recorrentemente superior à dos homens, mas nos últimos cinco anos o aumento de mulheres desempregadas cresceu menos que o dos homens.

Graça Proença de Carvalho, Diário Económico, 17/03/04

O cheque sem cobertura

Votar PS nas próximas eleições europeias será o mesmo que aceitar um cheque sem cobertura no tocante à segurança.

Vasco Graça Moura, Diário de Notícias, 17/03/04

O Terrível Mundo Novo

O que os terroristas querem saber é que da bomba resultou a fragilização do eixo europeu mais ligado aos EUA, o reforço do eixo franco-alemão, ou até a junção de Madrid à ligação Paris-Berlim-Moscovo e a conseqüente perturbação na coligação no Iraque. O que me interessa não é a análise espanhola, ou europeia, ou americana, é a análise da Al-Qaeda.

José Pacheco Pereira, Público, 18/03/04

Dois anos de Governo e um interpelação

A maioria agradece a lembrança do que falta fazer, certos de que somos diferentes e de que até ao termo da legislatura, pese embora o custo das medidas de emergência a que fomos obrigados, vamos cumprir os compromissos que assumimos com os portugueses.

Guilherme Silva, A Capital, 19/03/04

Agendamento

Quarta-Feira, dia 24 de Março de 2004-15:00h

Proposta de Lei nº 117/IX (GOV)

Projecto de Lei nº 410/IX (BE)

(Aprova medidas preventivas e punitivas a adoptar em caso de manifestações de violência associadas ao desporto)

Proposta de Lei nº 118/IX (GOV)

(Estabelece o regime temporário da organização da ordem pública e da justiça ao contexto extraordinária da fase final do Campeonato Europeu de Futebol- Euro 2004)

Quinta-Feira, dia 25 de Março de 2004-10:00h

Debate Mensal com o Senhor Primeiro Ministro

VOTAÇÕES

Sexta-Feira, dia 26 de Março de 2004-10:00h

Discussão conjunta:

Apreciação Parlamentar nº 71/IX (PS)

Apreciação Parlamentar nº 73/IX (PCP)

(Estabelece o novo regime jurídico de protecção social na eventualidade de doença, no âmbito do subsistema previdencial de Segurança Social)

Projecto de Lei nº 387/IX(BE)

(Altera o Código do Imposto Municipal sobre imóveis no caso dos prédios cuja propriedade esteja registada em regiões com regime fiscal claramente mais favorável)



Intervenção sobre a imagem da mulher na publicidade

Deputada Ana Manso

Assembleia da República, 19 de Março de 2004



(...)

Pensamos ser consensual a vontade que todos temos em conseguir uma **igualdade efectiva entre os homens e as mulheres**, e somos favoráveis ao fomento de uma imagem positiva das mulheres e dos homens isenta de preconceitos e

de estereótipos.

(...)

O projecto de resolução em debate sobre a imagem da mulher na publicidade e, não pondo em causa a boa intenção que lhe estará subjacente, é, todavia, em nossa opinião, redutor e limitativo.

Redutor porque tudo quanto é dito sobre a publicidade e apesar da sua importância, aplica-se a toda a comunicação social, assim como a outros sectores de actividade económica e social.

(...)

Limitativo porque observando os media, a maior percentagem de ofensas à dignidade humana e discriminatória das mulheres são feitas em outros tipos de programas, que passam na rádio, na imprensa, na televisão e na Internet.

(...)

Sendo assim, parece preocupante e até absurdo colocar o ónus do problema na simples imagem da mulher na publicidade ignorando a verdadeira magnitude e dimensão na perspectiva da igualdade do género.

(...)

Temos consciência de que um longo caminho, sério e responsável há a percorrer. Porém, o Projecto de Resolução em análise não é seguramente o caminho que nos levará aos resultados pretendidos.

Desde logo, porque é necessário debater e estudar os estereótipos de género contidos não só na publicidade, mas também na comunicação social, como instrumento veicular das mensagens, nos manuais escolares e até em alguns textos legislativos.

Depois porque consideramos necessário encorajar e fomentar uma imagem diversificada e realista das

possibilidades, potencialidades e aptidões das mulheres na sociedade.

Através, inclusivamente, da promoção de espaços e meios de maior consciencialização da opinião pública e dos profissionais dos media, no sentido da sua divulgação.

(...)

...consideramos que **os objectivos** desta proposta ficam aquém do que seria desejável e apenas **vêm reforçar a confusão entre desigualdade de género e difusão de imagens prejudiciais à dignidade da mulher.**

Até porque **a nossa atitude é no sentido de uma abordagem na dimensão cultural, ética e dos valores sociais da Mulher** e não numa perspectiva proibicionista e quase repressiva do tratamento da sua imagem na publicidade e nos meios de comunicação social.

Intervenção sobre o terrorismo

Deputado Luis Marques Guedes

Assembleia da República, 17 de Março de 2004



(...)

A **liberdade e a democracia** têm muitos **inimigos**, dos quais **o mais totalitário é o terrorismo.**

Sob qualquer forma, em qualquer parte do mundo e a qualquer pretexto, **o terrorismo é sempre intolerável.**

Não há **explicação**, não há **justificação** nem há **perdão** para a **matança indiscriminada de homens, mulheres e crianças, indefesos e inocentes.**

(...)

É nosso entendimento que o combate ao terrorismo exige unidade, firmeza e cooperação.

Unidade, firmeza e cooperação a começar na nossa própria casa.

Desde logo no plano institucional, entre todos os órgãos de soberania, exactamente como tem impecavelmente acontecido na perfeita sintonia, - que com muito agrado registamos, com que o Senhor Presidente da República, o Governo e a esmagadora maioria nesta Assembleia da República abordam e encaram o problema.

Mas também no plano internacional.

O terrorismo é hoje um inimigo transnacional, que não conhece fronteiras nem soberanias.

A unidade e a cooperação a nível internacional, a começar pelo nosso espaço europeu é uma prioridade, como referiu o Senhor Ministro, em que temos de apostar sem complexos, tudo devendo fazer para a consolidar e aprofundar.

Nos momentos democráticos como o vivido na passada semana, aqui ao lado, na vizinha Espanha, todos partilhámos e sentimos como nossa a dor e a insegurança das vítimas mais directas destes ataques terroristas.

Mas é necessário que todos tenhamos também a noção de que a responsabilidade de adoptar medidas de segurança e de prevenção contra novos ataques é uma responsabilidade que devemos estar preparados para partilhar com todo o mundo livre e democrático.

(...)

Intervenção sobre o Estatuto dos Eleitos Locais

Deputado Manuel Oliveira

Assembleia da República, 17 de Março de 2004



(...)

As questões relativas ao regime de incompatibilidades e impedimentos dos eleitos locais e respectivas incidências no regime remuneratório têm sido objecto de análise especializada sem que a interpretação seja pacífica e unânime.

(...)

Propõe-se uma nova redacção para o artigo 7º da Lei 29/97 que estabelece o Estatuto dos Eleitos Locais.

Propõe-se que as remunerações dos eleitos locais em regime de permanência na Câmara Municipal sejam atribuídas do seguinte modo:

Os Autarcas que exerçam

funções autárquicas em acumulação com outras funções públicas ou privadas, não remuneradas, recebem a totalidade das remunerações, sem prejuízo do direito a senhas de presença;

Os Autarcas que **exerçam funções autárquicas em acumulação com funções públicas ou privadas remuneradas recebem da Câmara Municipal 50% do valor base do vencimento legalmente estabelecido.**

(...)

... com esta iniciativa legislativa **pretende-se definir um quantitativo global mensal para as senhas de presença.**

Por analogia com a redução do vencimento a auferir da Câmara Municipal pelos Autarcas que exerçam outras funções remuneradas propomos que o **valor global das senhas de presença não podem exceder 50% do vencimento do respectivo Presidente da Câmara.**

Trata-se de um **ponto de partida** inicial estando disponíveis para encontrar outras soluções que garantam a transparência **na fixação do valor das senhas de presença.**

(...)

Conselho de Ministros

O Conselho de Ministros, na sua reunião da semana passada, aprovou 12 diplomas, dos quais quatro Propostas de Resolução, todas versando assuntos do âmbito das relações internacionais; quatro Decretos-Lei, três Resoluções e um decreto regulamentar.

As primeiras três Propostas de Resolução referem-se à aprovação de acordos entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China, relativo à **Transferência de Pessoas Condenadas**, assinado em Hong Kong, em 24 de Maio de 2001.

Este Acordo tem por objectivo permitir que uma pessoa condenada possa ser transferida do território da Parte da Condenação para o território da Parte da Execução, para aí cumprir a pena que lhe foi imposta, visando também facilitar a sua reintegração na sociedade.

As Partes designaram, como Autoridades Centrais para a execução das medidas de auxílio, a Procuradoria-Geral da República (na República Portuguesa) e o Secretary of Justice (na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China).

Outra Proposta de Resolução aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China relativo à **Entrega de Infractores em Fuga**, assinado em Hong Kong, em 24 de Maio de 2001.

O Acordo agora aprovado constitui um meio de tornar mais eficaz a cooperação entre a República Portuguesa e a Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China, no que respeita à repressão da criminalidade, contendo o regime jurídico a que deve estar sujeito o processamento dos pedidos de entrega das pessoas reclamadas para efeitos de procedimento criminal ou para aplicação ou cumprimento de uma pena formulados pelas autoridades de Portugal e de Hong Kong.

A República Portuguesa reserva-se o direito de recusar a entrega dos seus nacionais e residentes permanentes, constituindo ainda motivo de recusa de entrega a circunstância de o crime pelo qual é solicitada ser punível com pena de morte.

Nos casos em que a parte requerente aplique pena de prisão perpétua ou pena de prisão de duração indeterminada, a entrega será recusada, salvo se aquela der à Parte requerida garantias consideradas suficientes de que as mencionadas penas não serão impostas ou, se o forem, não serão executadas.

A terceira Proposta de Resolução, aprova o Acordo entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China relativo ao **Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal**, assinado em Hong Kong, em 24 de Maio de 2001.

Este Acordo constitui um instrumento capaz de conferir uma maior eficácia na articulação entre as instituições policiais e judiciárias de Portugal e Hong Kong, constituindo também um repositório das várias formas da cooperação bilateral no combate ao crime.

De entre aquelas, especial destaque para o auxílio em matéria de identificação e localização de pessoas, notificação de documentos, obtenção de informações, meios de prova e documentos, a obtenção de autos judiciais e o envio de informações e documentos.

As partes designaram, como Autoridades Centrais para a execução das medidas de auxílio, a Procuradoria-Geral da República (na República Portuguesa) e o Secretary of Justice (na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China).

A quarta proposta de Resolução aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a **Constituição de um Mercado Ibérico de Energia Eléctrica**, assinado em Lisboa, em 20 de Janeiro de 2004.

Entre as disposições específicas contidas no Acordo, destacam-se, pela sua importância, as relativas à criação de um Operador do Mercado Ibérico (OMI) entre os dois países e os procedimentos a seguir até à sua entrada em funcionamento.

Outro aspecto fundamental prende-se com os modelos de liquidação. Numa primeira fase haverá lugar apenas à liquidação física dos derivados de energia, contratados à data de vencimento. Numa segunda fase, a avaliar semestralmente pelos dois países, será introduzida a liquidação puramente financeira no mercado a prazo.

Relativamente ao Conselho de Reguladores, são-lhe atribuídas duas competências fundamentais:

- a correspondente à instrução dos processos sobre infracções no MIBEL,

que estão tipificadas no próprio Acordo;

- a correspondente à resolução de conflitos sobre gestão económica e/ou técnica do sistema, em resultado dos possíveis recursos que as entidades do MIBEL interponham junto do Conselho.

Por outro lado, o Comité de Agentes do Mercado, será considerado um órgão consultivo e de supervisão do funcionamento do sistema. Poderá apresentar propostas de normas de funcionamento do mercado, bem como de alteração das mesmas, sujeitas, em qualquer caso, a aprovação posterior por parte das Administrações Públicas de ambos os países.

Salvaguarda-se igualmente, em caso de necessidade, a possibilidade de cada um dos países tomar as medidas adequadas à garantia do seu abastecimento energético.

Estabelece-se um quadro sancionatório claro e abrangente, bem como a jurisdição competente para a respectiva aplicação.

Finalmente, é prevista a criação de uma Comissão de Acompanhamento, constituída por dois representantes de cada um dos países, que se destina à resolução de divergências de interpretação e aplicação do Acordo.

O Mercado Ibérico de Energia Eléctrica terá início a 20 de Abril de 2004 e constitui um marco importante do processo de integração dos sistemas eléctricos de Portugal e Espanha e da construção do Mercado Interno de Energia na União Europeia.

Autorizações de introdução no mercado de medicamentos veterinários

Por Decreto-Lei é aprovado o regime jurídico aplicável às alterações dos termos das autorizações de introdução no mercado de medicamentos veterinários farmacológicos concedidas ao abrigo de procedimentos não abrangidos pelo ordenamento jurídico comunitário e a sua tipologia, bem como os pressupostos necessários à sua autorização.

As modificações introduzidas recentemente nos procedimentos comunitários aplicáveis tornam conveniente, neste momento, a alteração do regime a que obedece o procedimento nacional, harmonizando-o, na medida adequada, com os procedimentos comunitários, para benefício das empresas titulares, simplificação dos procedimentos e optimização do desempenho do Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) e da Direcção-Geral de Veterinária, atentas as respectivas atribuições neste domínio.

Deste modo, o presente diploma estabelece e regulamenta três tipos de procedimentos a que podem estar submetidas as alterações a autorizações de introdução no mercado concedidas ao abrigo do procedimento nacional.

Prevê-se mesmo que os particulares possam beneficiar de um mecanismo de aprovação automática ou tácita de alterações por parte da Administração, do mesmo passo que esta poderá concentrar os recursos existentes na análise das alterações com implicações mais relevantes ou que coloquem especiais problemas, designadamente de saúde pública, qualidade, segurança ou eficácia. Por outro lado, este novo quadro permitirá orientar a intervenção do INFARMED e da Direcção-Geral de Veterinária para procedimentos novos de verificação da conformidade do fabrico e comercialização dos medicamentos com os respectivos termos de AIM, através da realização de inspecções dirigidas de pré e pós-comercialização, reforçando, igualmente, a melhor adequação de recursos às práticas já em vigor na verificação da conformidade dos produtos avaliados no âmbito dos procedimentos centralizado e de reconhecimento mútuo.

Carácter específico continua a revestir o procedimento de transferência do titular de uma autorização de introdução no mercado, quando não se trate apenas da mudança do nome do mesmo, que se mantém inalterado.

Prevê-se igualmente que a inscrição das alterações na tipologia definida no presente diploma e concretizada nos anexos ao mesmo possa ser moldada, de acordo com a evolução do progresso técnico e científico, pelo INFARMED.

Hospital de São Francisco Xavier, S. A.

Um Decreto-Lei transfere para o Hospital de São Francisco Xavier, S. A. os projectos de obras e equipamentos contratados pelo Estado, actualmente a cargo da Direcção-Geral de Instalações e Equipamentos da Saúde, relativos às suas instalações.

Tendo em conta a nova realidade estatutária do Hospital – sociedade

Conselho de Ministros

anónima de capitais exclusivamente públicos, criada pelo Decreto-Lei n.º 279/2002 –, afigura-se, desde logo do ponto de vista técnico, conveniente proceder-se à transferência da posição do dono da obra para esta nova entidade, bem como de todas as posições contratuais correlacionadas. A Direcção-Geral de Instalações e Equipamentos da Saúde, que tem a seu cargo todos os projectos de obras e equipamentos, fica, no entanto, com a responsabilidade de continuar a acompanhar a execução dos projectos.

2ª alteração ao regime de licenciamento e fiscalização de laboratórios

Por Decreto-Lei é alterado pela segunda vez o Decreto-Lei n.º 217/99, de 15 de Junho, que aprova o regime jurídico do licenciamento e da fiscalização dos laboratórios privados que prossigam actividades de diagnóstico, de monitorização terapêutica e de prevenção no domínio da patologia humana.

O Decreto-Lei n.º 217/99, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 534/99, estabeleceu o regime jurídico do licenciamento e fiscalização dos laboratórios dos sectores privado e público e das instituições particulares de solidariedade social com objectivos de saúde, que prossigam actividades de diagnóstico, de monitorização terapêutica e de prevenção no domínio da patologia humana, bem como os requisitos que devem ser observados quanto a instalações, organização e funcionamento.

A experiência resultante da sua aplicação e a necessidade de eliminar eventuais factores de discriminação relativamente aos laboratórios existentes noutros Estados-Membros, factores que são contrários aos princípios da liberdade de estabelecimento e da livre prestação de serviços, previstos no Tratado da Comunidade Europeia, impõem a alteração de algumas disposições do decreto-lei em causa, a fim de o tornar compatível com tais princípios, mantendo, no entanto, a salvaguarda da qualidade e segurança dos serviços prestados.

Aproveitou-se igualmente para, na disposição referente às contra-ordenações, substituir a anterior moeda nacional, o escudo, pela unidade monetária em vigor, o euro, nos valores das coimas.

Sendo esta a segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 217/99, considerou-se oportuno republicar o texto com todas as alterações adoptadas, incluindo as que constam do presente diploma.

UMIC recebe atribuições e competências da Informação Administrativa ao Cidadão e do Serviço Público Directo

Um Decreto-Lei estabelece a transição para a Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) das atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão e Serviço Público Directo.

O Governo aprovou, em 12 de Agosto de 2003, o Plano de Acção para o Governo Electrónico, no qual estava consagrado o projecto Portal do Cidadão.

O Portal do Cidadão, projecto da responsabilidade da UMIC, em colaboração com todos os ministérios e algumas entidades representativas da sociedade civil, constitui o ponto de acesso privilegiado ao universo global de serviços públicos electrónicos, orientado para as necessidades dos cidadãos.

As atribuições e competências associadas ao Sistema Integrado de Informação Administrativa ao Cidadão (INFOCID), bem como o Serviço Público Directo, estavam cometidas ao Instituto para a Gestão das Lojas do Cidadão (IGLC).

O diploma hoje aprovado irá permitir que os conteúdos actualmente disponíveis naquele Sistema Integrado de Informação Administrativa (INFOCID), bem como o Serviço Público Directo, também disponível no INFOCID, sejam integrados no Portal do Cidadão, de acordo com uma



estrutura taxinómica na qual se classificarão todos os conteúdos e serviços relevantes na relação entre a Administração Pública e os cidadãos e empresas.

Reclassificação do Parque Natural da Serra de São Mamede

Um Decreto Regulamentar estabelece a reclassificação do Parque Natural da Serra de São Mamede.

No decurso dos estudos de caracterização com vista à elaboração da proposta do plano de ordenamento do Parque Natural da

Serra de São Mamede, bem como no âmbito dos trabalhos desenvolvidos para implementação da Rede Natura 2000, foi detectada e confirmada a existência de valores naturais em área contígua àquela que se encontra actualmente classificada, o que justifica a presente alteração de limites deste Parque Natural.

Por seu turno, pelo presente diploma, pretende-se dar cumprimento à obrigação de reclassificação das áreas protegidas existentes à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 19/93, bem como adequar as regras relativas à orgânica e à gestão do Parque Natural da Serra de São Mamede às modificações entretanto introduzidas no regime jurídico relativo à Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Ratificada a suspensão do Plano Geral de Urbanização de Castro Daire

Por Resolução do Conselho de Ministros é ratificada a suspensão do Plano Geral de Urbanização de Castro Daire.

O Governo resolveu ratificar a suspensão do Plano Geral de Urbanização de Castro Daire que, embora publicado em 1993, foi elaborado e aprovado em 1952, encontrando-se, portanto, desactualizado e inadequado face à realidade actual e em desarticulação com o Plano Director Municipal em vigor.

“100 Compromissos para uma Política da Família”

Por Resolução do Conselho é aprovado o Plano “100 Compromissos para uma Política da Família”.

Este Plano consubstancia um reconhecimento da importância da família na sociedade, valorizando a acção que aquela desenvolve, realçando o papel decisivo que desempenha e destacando as funções próprias que lhe incumbem. Nesse sentido, consagrou-se um conjunto alargado de orientações e de compromissos a prosseguir e a adoptar entre 2004 e 2006, considerando a conjugalidade e a parentalidade, considerando a infância, a juventude e a velhice, considerando o trabalho e o lazer, considerando a educação e a cultura, considerando a economia e o desenvolvimento social, tendo em vista a prossecução global e integrada, coerente e articulada, da política da família definida pelo Governo no respectivo Programa.

Nomeado o conselho de administração da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E.

Também por Resolução do Conselho é nomeado o conselho de administração da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E..

Através da presente Resolução, o Governo decidiu renovar, pelo período de três anos, os mandatos do Dr. Carlos Alberto Gonçalves da Costa, como presidente do conselho de administração da Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal, E.P.E., e dos engenheiros Alexandre Ulrich Kuhl de Oliveira e António Barreira Paulino, como vogais do mesmo órgão.

Nomeou ainda como novos vogais, pelo mesmo período, o Dr. José Manuel Ferreira Leal e o controlador Fernando Rui Martins Ribeiro de Carvalho.

Notícias da CPS de Ovar

Os eleitos pelo PSD em Ovar lutaram pela adesão do município à Área Metropolitana de Aveiro



O Município de Ovar decidiu aderir, no fim do mês passado, à Área Metropolitana de Aveiro, cumprindo-se assim a resolução dos vereadores eleitos pelo PSD, cujo texto damos a seguir:

A Lei-Quadro das Áreas Metropolitanas, Lei n.º 10 / 2003, de 13 de Maio, vem disciplinar a instituição, a estrutura e o funcionamento das grandes áreas metropolitanas e das comunidades urbanas.

Este diploma enuncia as atribuições e as competências dos seus órgãos e fixa os requisitos mínimos a observar aquando da sua instituição. *[segue-se uma citação das especificidades constantes no diploma mencionado]*. Em suma, a presente lei-quadro representa um importante instrumento para a instituição de pessoas colectivas públicas de âmbito territorial, orientadas para a gestão integrada de espaços metropolitanos e urbanos de âmbito supra municipal.

Esta é a oportunidade para potenciar a resolução de problemas que ultrapassam claramente as fronteiras

municipais.

Esta é a oportunidade para promover o aproveitamento de relações de complementaridade e de solidariedade entre municípios territorialmente contíguos.

(...) Esta Lei-Quadro é o estímulo fundamental para a associação e cooperação intermunicipal (...) Por tudo isto, podemos afirmar que estamos presente um quadro legislativo moderno, inovador e avançado.

Assim, face a este enquadramento e considerando que:

- O Município de Ovar, em termos de organização territorial e administrativa, faz parte integrante do distrito de Aveiro desde o século XIX;

- A afinidade e a identidade da Comunidade Ovensense com os princípios, valores e tradições da região de Aveiro, com particular destaque para esse importante recurso natural que é a Ria de Aveiro;

- As relações institucionais da nossa Autarquia com as entidades e serviços da Administração Central com actuação na área territorial do distrito de Aveiro,

nomeadamente, ao nível da educação, saúde, segurança social, desporto, obras públicas e transportes, turismo e ambiente, entre outras;

- O peso económico e a dinâmica dos empresários e industriais do Município de Ovar, que de há muito contribuem significativamente para o desenvolvimento e potencial económico da região de Aveiro;

- A integração na Região Centro e, consequentemente, as oportunidades que decorrem do Programa Operacional da Região Centro e cuja continuação se perspectiva para o novo período de programação financeira 2007-2013;

- Face à situação geográfica, dimensão populacional, importância estratégica e peso contributivo para a economia da região / distrito de Aveiro, o Município de Ovar só poderá ter a devida afirmação e o necessário posicionamento se aderir e integrar uma nova centralidade, baseada numa Grande Área Metropolitana que venha a constituir-se na região de Aveiro;

- A adesão e futura integração na Grande Área Metropolitana da Região de Aveiro melhor servirão os interesses e expectativas de desenvolvimento da população Ovensense;

Os Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Ovar declaram a manifestação de vontade e intenção deste Município na adesão e futura integração numa Grande Área Metropolitana do Distrito de Aveiro, sem prejuízo de, no momento oportuno, e após definição da mesma, elaboração dos respectivos estatutos e fixação das condições gerais de participação do Município, serem novamente apreciadas e votadas pela Câmara Municipal e consequentemente pela Assembleia Municipal, conforme o estabelecido na Lei n.º 10/2003, de 13 de Maio, e Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção da Lei n.º 5/A/2002, de 11 de Janeiro.

Notícias de Santarém

Troca de áreas entre Benavente e Salvaterra

No passado dia 18, os quatro deputados do PSD eleitos por Santarém, entregaram no Parlamento um projecto de lei para uma troca de áreas entre os concelhos de Benavente e Salvaterra de Magos, após um pedido feito pela população.

Em causa estão as reclamações dos municípios dos lugares de Coitadinhas e Gatinheiras, que vivem junto à malha urbana de Salvaterra de Magos mas pertencem ao concelho de Benavente, explicou Vasco Cunha, um dos deputados subscritores da proposta.

Estes municípios "são residentes no concelho de Benavente mas orientam toda a sua actividade para o concelho de Salvaterra de Magos".

Questões como "a satisfação do saneamento básico ou da existência de equipamentos públicos" poderão ser mais facilmente atendidos por Salvaterra de Magos, face à proximidade, refere o documento.

Nesse sentido, Benavente recebe 211 hectares, nas localidades das Figueiras e Bilrete, uma área na sua maioria de vocação agrícola, cedendo a Salvaterra de Magos 225 hectares, abrangendo os lugares de Coitadinha, Gatinheiras e Paul de Magos.

Vasco Cunha salientou que se trata de uma "questão antiga que é consensual" entre os autarcas dos dois municípios, fruto de uma negociação com mais de oito anos.

O processo deverá descer à Comissão Parlamentar do Poder Local, que deverá pedir um parecer aos órgãos autárquicos, explicou o deputado.

Visto que o processo é consensual, Vasco Cunha espera que esta questão fique resolvida até Junho. – Fonte: PJA

Notícias de Faro

Uma farmácia no Aeroporto

O INFARMED acaba de enviar para "Diário da República" a abertura de concurso para a instalação de uma Farmácia no Aeroporto Internacional de Faro, no seguimento da orientação política e da nomeação do respectivo júri pelo Secretário de Estado da Saúde, Carlos Martins.

Segundo os últimos dados da ANA, o Aeroporto Internacional de Faro registou um movimento de cerca de 4.800.000 passageiros em 2003.

De acordo com o parecer da Câmara Municipal de Faro, a abertura de uma Farmácia no Aeroporto Internacional de Faro revela-se da maior importância, quer do ponto de vista da saúde dos passageiros quer na perspectiva da imagem turística do Algarve.

Com a abertura da Farmácia do Aeroporto Internacional de Faro, fica a faltar, ao nível dos aeroportos Portugueses, apenas a abertura de uma unidade no Aeroporto de Lisboa, cujo processo o INFARMED está a examinar para levar a despacho do Secretário de Estado da Saúde.

De referir que o Aeroporto Internacional Francisco Sá Carneiro, no Porto, dispõe de Farmácia desde o Verão de 2003. – Fonte: Gab. Press. Sec. Est. Saúde





Notícias dos Açores

Sociedades de desenvolvimento regional e construção de um porto de pesca na visita de Victor Cruz à Graciosa



O líder do PSD/Açores anunciou no dia 13, após uma visita de três dias à ilha da Graciosa que, se vencer as próximas eleições regionais, será criada uma Sociedade de Desenvolvimento para dinamização de investimento público-privado. Victor Cruz falava, já no final da visita, para mais de 300 pessoas, que preencheram por completo o maior salão de festas da segunda mais pequena ilha açoriana, num jantar de confraternização realizado na vila da Praia, que reuniu militantes do PSD, independentes e simpatizantes de outros partidos políticos.

O candidato social-democrata a Presidente do Governo dos Açores defendeu que “as ilhas mais pequenas precisam de uma discriminação positiva em nome da coesão regional”. No caso da Graciosa, explicou, verifica-se uma tendência “muito preocupante” para o envelhecimento da população, com as “graves consequências” daqui resultantes em termos sócio-económicos.

Victor Cruz considerou que “o problema da Graciosa não se resolve com uma aspirina, mas sim com um tratamento de fundo” e desafiou os graciosenses a escolherem uma das duas formas possíveis de encararem o seu próprio futuro: “ou continuamos assim ou somos ambiciosos”. O actual governo socialista “investiu menos de 2% do orçamento regional” na Graciosa, prosseguiu, “e isso não basta para combater o envelhecimento da população e a desertificação desta ilha”.

Para o presidente do PSD, “o futuro da Graciosa, e de qualquer outra ilha dos Açores, não se resolve com o lançamento de primeiras pedras à última hora”, porque “a vida das pessoas tem um ritmo próprio que não pode depender do calendário das eleições”, acrescentando que “...os açorianos já não se deixam enganar pelas promessas que tentam esquecer a obra que ficou por fazer”. Referindo que Alberto João Jardim vai inaugurar este ano 400 obras públicas na Região Autónoma da Madeira, Victor Cruz afirmou que “os Açores não podem contentar-se com a apresentação de projectos e a celebração de protocolos”. “Se César vai lançar a primeira pedra, eu quero colocar a última”, disse o candidato social-democrata, para concluir que “os açorianos não são piores que os madeirenses”.

“Vamos ganhar para mudar o que está mal, continuar o que está bem e cumprir o que falta fazer”, disse.

Mantém-se o projecto da estação de satélite

No discurso de encerramento da sua visita à Graciosa, o candidato do PSD a Presidente do Governo Regional fez questão de “deixar boas notícias” para o futuro desta ilha. Face aos rumores de que o projecto de instalação local de uma Estação de Recolha de Dados de Satélite estaria comprometido, Victor Cruz revelou que intercedeu junto do Governo da República e afirma-se hoje com “fundada esperança de que ele se manterá”.

A construção de infra-estruturas balneares, desporto e lazer na zona do Forte de Santa Catarina, para dinamização turística e a requalificação urbanística das zonas da Barra e da Pesqueira, na vila de Santa Cruz, foi outro projecto reafirmado por Victor Cruz para a Ilha Graciosa, no âmbito de uma

“conjugação de esforços” a estabelecer entre o futuro Governo Regional, a Câmara Municipal e entidades privadas, que poderá ainda passar pela instalação de uma unidade hoteleira. O candidato comprometeu-se também com a construção do porto de pescas da Graciosa, na vila da Praia.

Na agricultura, “apesar dos milhões anunciados”, os nossos agricultores “têm rendimentos cada vez mais baixos”. “Tudo farei para criar as condições adequadas à recuperação do rendimento dos agricultores da Graciosa e de todas as ilhas dos Açores”, afirmou Victor Cruz. O líder social-democrata assumiu o projecto camarário de candidatura da Ilha Graciosa a Património Mundial e revelou-se determinado em apostar na Telemedicina como “um passo importante para a qualificação dos cuidados de saúde que são prestados à população graciosense”.

A Ilha Graciosa, actualmente com 4.665 habitantes (um decréscimo de 11% relativamente a 1991), tem hoje mais de 19% da sua população com idade superior a 65 anos, quando a média regional é de 12,3%, registando um índice de envelhecimento de 110,8%, em muito superior ao registado nos Açores (57,5%) e mesmo no restante território nacional. Victor Cruz deixou, por isso, uma “palavra especial” para os idosos. “A primeira coisa que vou fazer quando chegar ao Governo, se os açorianos quiserem, é aumentar as pensões e as reformas dos nossos idosos”, disse.

O líder social-democrata reafirmou igualmente que os graciosenses “têm sido discriminados” pela actual governação socialista. Durante o período compreendido entre Janeiro de 1997 e Fevereiro de 2004, os apoios do Governo Regional à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia da Ilha Graciosa



foram “absolutamente esclarecedores sobre esta matéria”: 46 contos/habitante em Santa Cruz da Graciosa, 72 contos/habitante no concelho da Lagoa, 89 contos/habitantes no município da Horta, 110 contos/habitante em Angra do Heroísmo e 178 contos/habitante em Vila do Porto.

Numa “terra de paz e de gente boa como a Ilha Graciosa”, Victor Cruz não esqueceu uma referência aos recentes atentados de Madrid, para “repudiar totalmente” os ataques terroristas e “lamentar profundamente” as suas consequências. Os presidentes da Comissão Política de Ilha e da Assembleia de Ilha do PSD, José Aguiar e Adelaide Teles, e os líderes da JSD nos Açores e na Graciosa, Berto Cabral e António Reis, foram os restantes oradores da confraternização social-democrata.

Victor Cruz garantiu, também, que se o seu partido vencer as eleições de Outubro para o parlamento açoriano, o desenvolvimento das ilhas pequenas será uma prioridade, porque não se pode defender em Lisboa e Bruxelas a coesão nacional e europeia esquecendo-se a obrigação da “coesão regional”.

No caso concreto da Graciosa, cerca de 4.700 habitantes, voltou a afirmar o compromisso da construção de um porto de pescas e de recreio na ilha, revitalização das termas do Carapacho e lançamento do projecto para um “hotel de qualidade”. – **Gab. Press. PSD/Açores**

Deputados do PSD apoiam a «Sol»

Única associação em Portugal que cuida de crianças com S.I.D.A.

Uma entrevista com a dep. Paula Carloto

A associação Sol é a única no país que se dedica a crianças infectadas com o vírus da sida. Em residência a associação tem actualmente 17 meninos desde bebés até aos 14 anos e em apoio diário, domiciliário e em centro de dia, cerca de 70. São crianças, em regra, sem família e com um horizonte de vida extremamente precário, e actualmente sem esperança, que são entregues à Associação pelos Tribunais.

A deputada pelo PSD (Santarém) Paula Carloto, há algum tempo vem apoiando esta associação, que tanto precisa de reconhecimento e auxílio na tarefa ingrata e sem "glamour" a que se dedica, e levou há dias à Assembleia, um grupo de crianças assistidas pela "Sol", tendo sido recebidas por Mota Amaral e por alguns parlamentares que também vêm apoiando esta organização.

"Povo Livre", em entrevista à Deputada, procurou saber mais acerca da Associação, do seu trabalho e das razões desta visita:

Povo Livre (PL): Como começou o seu interesse pela associação Sol?

Paula Carloto (PC): No âmbito da reforma da legislação da adopção, participei numa conferência onde se debatia o tema. Nessa reunião fui contrariada num dos pressupostos da intervenção, pela Presidente da Associação Sol. Dizia eu, na altura, que no âmbito de várias visitas que andava a efectuar a instituições, me tinha apercebido que muitas delas desconheciam o procedimento tendente à adopção, confirmando a tese que as crianças institucionalizadas, representando um suporte económico para quem as acolhe, não eram inseridas nas listagens oficiais.

Fui contrariada pela Presidente desta associação, Dra. Teresa Almeida, que pura e simplesmente argumentou que tinha todas as crianças da associação a que presidia, identificadas perante os serviços da segurança social mas que ninguém as adoptava.

A surpresa da intervenção e o facto de ter percebido a forma como a associação sobrevivia, praticamente sem apoios do Estado, determinaram a visita inicial.

Desde essa data, contei logo com colegas que se interessaram dos quais realço os deputados Paula Malojo, Clara Carneiro e José Manuel Ribeiro e mais recentemente, o presidente da JSD, Jorge Nuno de Sá.

PL: O que é, exactamente a associação Sol?

PC: É uma associação privada de solidariedade social, de apoio às crianças infectadas pelo vírus da sida. Residentes na casa actualmente, estão 17 crianças, sendo que em regime de Centro de dia, cerca de 70 frequentam o mesmo espaço. Para além do apoio directo às crianças, participam e incentivam a reinserção das famílias. Note-se que na associação todo

o trabalho prestado aos doentes é gratuito. E tudo torna esta associação especial. Em primeiro lugar o facto de ser a única instituição em Portugal que se dedica a acolher crianças com estas características.

Crianças que, tal como quaisquer outras, tem uma identidade própria e uma vida, que apesar de mais curta, tem que ser vivida com a dignidade, o interesse e o afecto a que todos tem, naturalmente, direito.

E nesta associação estes direitos são integralmente garantidos.

Mas mais do que toda a descrição formal que poderia aqui ser feita, registre-se simplesmente a vida normal que se vive na casa, que passa pelo trato afectuosos, pela saída matinal para a escola, e pela mesa comum onde toda a "família" toma as suas refeições.

É um modelo inovador e muito mais humano! É um modelo que promove a integração social e a não discriminação.

PL: Que tem feito com os seus colegas, relativamente à associação?

PC: Temos acompanhado de perto todas as diligências que a associação tem efectuado para obter o reconhecimento do seu trabalho e apoiado todas as iniciativas que a associação tem desenvolvido.

Recentemente os meninos e meninas da Sol vieram, a nosso convite, visitar o Parlamento. Visitaram o Palácio, assistiram a parte dos trabalhos do plenário e tomaram um pequeno lanche no bar dos deputados. O ponto alto da visita para todas as crianças, técnicos e Presidente da Associação foi o especial cumprimento do Presidente da Assembleia, que afectuosa e interessadamente os recebeu.

Um dos nossos principais objectivos é o de colaborar para se conseguir uma nova casa, maior e melhor. Infelizmente o número de crianças portadoras de HIV não tende a diminuir num futuro próximo, existindo já cerca de uma



dezena que esperam por um lugar na casa Sol. Infelizmente a tendência é para que estas crianças, oriundas, em regra, de famílias infectadas pelo vírus da sida, fiquem órfãs. Órfãs e presas a um tratamento por uma doença mortal e por agora, incurável, que não criaram, mas que, em regra, herdaram.

Cumpre-nos a todos potenciar o bem-estar destes meninos e meninas e garantir-lhes um projecto de vida com afecto, sem medos, nem constrangimentos.

PL: A vossa motivação é ...

PC: É dever dos que exercem funções de natureza pública, ter uma participação activa na resolução dos problemas daqueles que por alguma circunstância, são mais carenciados, desfavorecidos ou mesmo discriminados.

Para além da típica actividade parlamentar, ser deputado é sobretudo ser um cidadão mais determinado e participativo, mais activo e interessado. Para um deputado social-democrata acompanhar e apoiar assuntos deste teor é, naturalmente, um imperativo de consciência.

PL: Vão conseguir os vossos objectivos?

PC: Acredito que sim. Nós, social-democratas, trabalhamos por objectivos, tendo sempre noção dos obstáculos que há a ultrapassar. Somos realistas, mas convictos.

Já deixámos há muito a noção de diálogo como princípio e fim da nossa atitude. Somos pragmáticos e queremos resultados. A função social discute-se mas, sobretudo, exerce-se.

Durante seis anos, desde que a casa funciona, estes meninos e meninas viveram de um pequeno apoio estatal e de donativos, o que é impensável.

Nós não queremos para estes pequenos seres humanos, caridade!

Não queremos pequenos apoios estatais de circunstância, dependentes de aprovação de projectos. Queremos mais. Queremos o reconhecimento de uma responsabilidade do Estado até agora não assumida. Queremos o reconhecimento de um esforço e de um trabalho efectivo. Queremos em cada uma destas crianças um rasgado sorriso de estabilidade e paz.

E por estes sorrisos vale a pena trabalhar. – **PC, entrevista ao PL**





«Coração» da política de Acolhimento o Centro de Apoio ao Imigrante foi inaugurado por Durão Barroso

Na semana passada, o Primeiro-Ministro esteve presente na cerimónia de inauguração do novo Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, o “coração” e ponto fulcral das actividades do Estado, ou apoiadas por este, relativamente à Imigração e seus problemas. Na ocasião, Durão Barroso afirmou:

É com muita satisfação que estou aqui a inaugurar este Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, verdadeiro coração de uma política de acolhimento que o Governo tem vindo a pôr em prática nos últimos dois anos.

Para nós, a imigração tem duas vertentes indissociáveis. Por um lado, a regulação dos fluxos, a absoluta necessidade de que a lei seja observada nas entradas em Portugal e o combate a todas as formas de tráfico de seres humanos. Por outro lado, a execução de medidas para um efectivo acolhimento dos imigrantes e a criação de condições para uma integração de sucesso. Integrar e acolher é, aliás, um dos lemas deste vosso trabalho.

Uma política baseada nestes princípios só pode ser concretizada através de uma abordagem global e integrada do fenómeno da imigração [...] é nisso que o Governo tem pensado quando tem actuado aos mais diversos níveis.

Actuámos, desde logo, através de alterações legislativas que visam dar um enquadramento legal coerente aos diversos aspectos da imigração. Actuámos através de iniciativas concretas que dão soluções adequadas e diferenciadas aos vários problemas que os imigrantes enfrentam no seu dia a dia e aos quais o Estado tem obrigação de dar resposta. É neste segundo aspecto que quero agora concentrar-me para destacar o importantíssimo trabalho que tem vindo a ser desenvolvido.

Refiro-me, concretamente, aos 18 centros locais de apoio ao imigrante que estão já a funcionar em diversos pontos do continente e das regiões autónomas [...] Refiro-me à linha telefónica SOS imigrante, que de há um ano a esta parte, já atendeu 14 mil pessoas [...] Refiro-me, também, ao “site” ACIME, com informação dedicada aos imigrantes nas maiores línguas de origem [...] Falo do Centro de Acolhimento S. João de Deus que, desde que foi inaugurado, em Agosto do ano passado, já acolheu 128 imigrantes em situação de carência humanitária e [...] além das situações de imigrantes isolados, já encaminhou 35 famílias com crianças que se encontravam em situação de exclusão e que, neste centro, encontraram apoio



para resolverem os seus problemas mais prementes.

Destaco, ainda, o Gabinete de Apoio ao Reconhecimento de Habilitações e Competências, que em 10 meses de funcionamento experimental, já encaminhou 210 processos de pessoas que têm dificuldade em ter acesso ao curriculum das suas universidades de origem [...] Falo, ainda, ao Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar, que irá agora iniciar a sua actividade e que tem por objectivo o apoio aos imigrantes que precisem de ajuda, nomeadamente jurídica, para juntarem a sua família. Destaco, também, o Gabinete de Apoio Jurídico, resultante de um protocolo com a Ordem dos Advogados, que irá agora entrar em funcionamento.

Mais adiante, destacou a preocupação social que pauta todas estas actividades, para afirmar: Fala-se muito de solidariedade e de responsabilidade social. Mas não se

trata apenas de falar, trata-se sobretudo de fazer, procurar soluções, direccionar meios, conjugar esforços e vencer resistências.

Lembrou que o Governo não está só. [...] é justo assinalar o empenhamento das associações de imigrantes, das entidades ligadas à Igreja Católica, de um cada vez maior número de imigrantes que, como hoje se pode constatar aqui, dão também o seu contributo cívico para um trabalho construtivo com as autoridades do Estado Português.

E afirmou: O Centro Nacional de Apoio ao Imigrante pretende ser o rosto humano da administração pública portuguesa perante quem nos procura [...] somos pela integração com direito à diferença”, e lembrou que “a orientação portuguesa, diferente de outras na Europa, onde o assunto está em séria discussão, inscreve-se na boa tradição portuguesa, é a de admitir e permitir a afirmação da diferença, nomeadamente religiosa e também

com uma afirmação política da tolerância entre as diferentes afirmações dessa mesma diferença.

Lembrou os grandes desafios que nesta matéria estão ante todos nós, lembrando que: O primeiro desafio é o do combate ao racismo, à xenofobia e à exclusão social. É um combate que queremos enfrentar de forma positiva, valorizando a diversidade e a tolerância face à diferença.

Ao longo de uma História de quase nove séculos, os portugueses já, por diversas vezes, foram postos à prova no contacto com outros povos e outras culturas, e o resultado foi sempre uma soma e não uma subtracção, para, mais adiante, afirmar: O segundo desafio é o da promoção do acesso ao emprego em igualdade de circunstâncias [...].

Destacou o esforço de algumas entidades públicas e privadas, no apoio ao reconhecimento das habilitações e de competências dos estrangeiros, e a necessidade de reforço da promoção da igualdade de direitos entre homens e mulheres, qualquer que seja a sua nacionalidade ou cultura de origem, na formação profissional e no melhor aproveitamento das capacidades de cada um, bem como no direito à valorização pessoal de cada indivíduo e passou ao que chamou o terceiro desafio, o da integração efectiva das segundas gerações de imigrantes, combatendo a guetização, favorecendo uma inserção pro-activa no sistema de ensino e no mercado de trabalho.

No final do seu discurso disse ainda que “Estas são, pois, algumas das preocupações do Governo no que diz respeito à integração dos imigrantes. A procura de resposta para estas questões obriga ao envolvimento de todos, portugueses e imigrantes, sector público e sector privado, associações e indivíduos. Só assim conseguiremos a abordagem global e integrada que referi, única forma de dar resposta a este desafio que se coloca à sociedade portuguesa: o desafio do acolhimento e integração dos imigrantes, baseado numa visão humanista e personalista, uma visão positiva da imigração.

Frisou que hoje, em Portugal, há cerca de 10% da população activa composta por estrangeiros e 5% da população total e nesse contexto, congratulou o secretário de Estado Adjunto do Ministro da Presidência, o Alto-Comissário e toda a equipa do ACIME, e desejar-lhes as maiores felicidades e os maiores êxitos. “Fico muito orgulhoso por ver o que aqui está a ser feito. Há muito ainda por fazer mas não há dúvida que estamos a dar os passos na direcção certa”, afirmou a terminar.

Inauguração do Portal do Cidadão

Já está à disposição do público a primeira concretização do plano para a Sociedade da Informação

No passado dia 16, o Primeiro-Ministro presidiu à cerimónia de inauguração do Portal do Cidadão, a primeira grande realização do plano para a sociedade de Informação, menos de nove meses sobre o arranque da fase de implementação. O Portal do Cidadão disponibilizará mais de 700 serviços relativos ao quotidiano dos cidadãos e das empresas, resultado do trabalho conjunto de cerca de 120 entidades públicas e privadas. Não é o fim, é o começo da mudança no relacionamento entre Estado e Cidadãos.

O Portal do Cidadão começou quando, no âmbito de uma Resolução do Conselho de Ministros de 20 de Novembro de 2002, foi atribuída à Unidade de Missão Inovação e Conhecimento (UMIC) a realização do Plano de Acção para o Governo Electrónico, plano esse que foi realizado e aprovado em Conselho a 26 de Junho do ano seguinte. Estavam criadas as condições necessárias para passar à prática os projectos que dele faziam parte, entre os quais o Portal do Cidadão.

Este projecto tem por objectivo a criação de um portal que congregue os serviços prestados pela Administração Central e por outras entidades ou empresas prestadoras de serviços de cariz público, quer ao cidadão individual quer a empresas, disponibilizando-os por via electrónica e permitindo a sua realização completa no portal ou a obtenção de informação sobre um determinado serviço.

Em Julho de 2003, foi criada uma «força-tarefa» para o Portal, coordenada pela UMIC, e dela fazendo parte todos os representantes ministeriais para a Sociedade da Informação.

A primeira grande tarefa deste grupo consistiu



na mobilização dos organismos tutelados por cada um dos Ministérios para este desafio. A operacionalização dos trabalhos com cerca de 120 entidades, ou seja, cerca de 500 pessoas, passou pela constituição de grupos de trabalho, para:

- 1 - Taxionomia (estrutura de classificação dos conteúdos no Portal);
- 2 - Conteúdos e Serviços (Produção de acordo



com a filosofia do Portal, em linguagem simples, acessível por qualquer cidadão e adequada às suas necessidades);

3 - Tecnologia (comunicação dos diferentes sistemas dos organismos com a plataforma tecnológica do Portal);

4 - Alteração de Morada (Criação do Primeiro grande serviço público transversal).

Estes grupos de trabalho foram acompanhados por uma equipa da UMIC e por responsáveis operacionais e interlocutores estratégicos previamente identificados em cada organismo.

O que é o Portal do Cidadão?

O Portal do Cidadão dirige-se a dois grandes públicos: cidadãos e empresas. Cada um destes segmentos tem necessidades distintas, abordadas de forma separada no Portal (dois Portais dentro do Portal, com uma separação feita na primeira página).

O Cidadão particular poderá procurar as informações ou serviços de que necessita através de duas formas de “navegação”:

- de acordo com as principais situações de vida (do nascimento ao falecimento, passando pela mudança de casa e pelo primeiro emprego);

- de acordo com as principais áreas de interesse (do ambiente à justiça, do apoio ao consumidor, aos impostos, da saúde à educação, entre tantas outras áreas).

O Cidadão colectivo relaciona-se com o Portal de acordo com o momento particular em que a empresa se encontre:

- Criação;
- Produção;
- Suspensão / Cessação.

Para qualquer um destes segmentos está disponível um serviço de pesquisa simples e avançada, bem como um índice de serviços disponíveis e um índice de entidades responsáveis pela sua prestação.

O Portal do Cidadão apresenta mais de 700 fichas de serviço

Os organismos participantes apresentaram os serviços que gostariam de ver disponibilizados no Portal, posteriormente sujeitos a um trabalho de edição por parte da equipa respectivo no projecto. Adicionalmente, os conteúdos disponibilizados pelo Portal Infocid foram actualizados pelos organismos responsáveis com vista à sua migração para o Portal do Cidadão

Cerca de 50% dos serviços oferecidos são informativos e 30% são interactivos (o cidadão inicia o serviço na Internet mas não o termina no Internet); os 20% restantes serviços são transaccionais (o cidadão inicia e termina o serviço na Internet).

Uma vez que muitos dos serviços são disponibilizados a partir de sítios de Internet externos ao Portal (da responsabilidade das entidades participantes), o Portal garante o redireccionamento para a página concreta de cada um desses sítios, sempre enquadrado na navegação a partir do Portal.

O primeiro serviço transversal do Portal do Cidadão é o Pedido de Alteração de Morada. De forma resumida, o Cidadão inicia o processo no Portal, através do preenchimento de um formulário único, gerado a partir das entidades que o cidadão indica (de um conjunto que lhe é apresentado) para realizar o serviço. Esse formulário é impresso e será entregue num dos postos da Rede de Atendimento deste Serviço, que o reencaminhará para uma estrutura de controlo. Esta estrutura, que é constituída por Lojas do Cidadão e Postos de Atendimento ao Cidadão, num total de cerca de 60 pontos, cobrindo cerca de 85% da população continental, a partir de uma parceria com o Instituto de Gestão das Lojas, fará posteriormente a comunicação, electrónica, com cada uma das entidades prestadoras do serviço.

Ao serviço do cidadão: os próximos passos

Ao longo de 2004, trabalharemos em duas frentes: dimensão e sofisticação. Há ainda muitos serviços que a Administração Pública não pôde disponibilizar nesta primeira fase do Portal do Cidadão, de enorme utilidade para os cidadãos e empresas. Continuaremos a desenvolver todos os esforços para ultrapassar as dificuldades existentes. Ao mesmo tempo, e para que o cidadão continue a sentir-se próximo do Estado e orientado nesse relacionamento, será continuado o aperfeiçoamento da taxionomia do Portal.

Também se trabalhará na evolução do nível de sofisticação dos serviços, suportados em plataformas tecnológicas mais integradas, por forma a que o relacionamento seja, cada vez mais, iniciado e terminado no Portal, melhorando o funcionamento interno das entidades prestadoras de serviços e aumentando significativamente a satisfação dos cidadãos nesse relacionamento.

Esta versão do Portal do Cidadão não é o fim, é o começo. – Fonte: Portal do Governo; fotos Lusa

Na Assembleia da República

Antes do Conselho Nacional o Primeiro-Ministro esteve reunido com os grupos parlamentares da maioria



Antes da realização do Conselho Nacional, o Primeiro-Ministro e Presidente do PSD participou na reunião quinzenal dos grupos parlamentares do PSD e CDS na Assembleia da República, num gesto destinado a assinalar o segundo aniversário da vitória do partido nas eleições legislativas de 2002.

O Primeiro-Ministro agradeceu aos deputados e congratulou-se com o seu desempenho ao longo destes dois anos, em que o apoio ao Governo foi permanente e forte, tendo sido travadas, com sucesso, duras lutas parlamentares.

Durão Barroso salientou o trabalho que é esperado nos próximos dois anos da legislatura e da governação de Portugal e pediu aos deputados a continuação e o fortalecimento dos seus esforços, sem esquecer o desafio, que se põe a todos os que estão ligados aos dois partidos de Governo, para enfrentar com sucesso as próximas eleições europeias.

Fazendo um resumo do encontro, Durão Barroso, sobre a passagem nesse dia, do segundo aniversário da sua vitória nas legislativas, disse aos jornalistas, à saída, que tinha a consciência de que, ao longo destes dois anos, tinham sido cometidos alguns erros, mas defendeu que o importante é manter uma “linha de rumo” e “não mudar constantemente”.

“Qualquer pessoa comete erros e eu também. Nunca tive a pretensão de acertar sempre”, disse Durão Barroso, nesse dia em que se cumpriam dois anos sobre a vitória do PSD nas eleições legislativas, de que resultou a formação do actual Governo, em coligação com o CDS-PP.

Ainda questionado se, olhando para trás, faria tudo da mesma forma como fez nestes dois anos, o primeiro-ministro disse que há que ter em conta

a informação que a cada momento existe.

“Temos é de ver se aquilo que fizemos foi acertado de acordo com a informação disponível. Penso que, globalmente, foi. Com certeza que, com a informação que tenho hoje, não teria feito tudo do mesmo modo que fiz” afirmou.

Contudo, acrescentou o primeiro-ministro, do ponto de vista político o essencial é “manter uma linha de rumo em função de objectivos estáveis e não mudar constantemente” e sublinhou que “... sei qual é o rumo para o país. Estou a trabalhar com seriedade para atingir esse rumo”.

Durão Barroso recordou ainda que a legislatura deste Governo tem duas fases, sendo que na primeira impunha-se “arrumar a casa”.

“A primeira fase era uma fase em que se impunha, por causa da situação de emergência que o país enfrentava, nomeadamente o descontrolo das contas públicas, arrumar a casa”, afirmou, sustentando que é isso que o Governo tem vindo a fazer e que os sacrifícios pedidos aos portugueses eram “absolutamente inevitáveis”.

Hoje, adiantou Durão Barroso, “a casa no essencial está arrumada” e a segunda fase será vocacionada para “um impulso mais rigoroso ao crescimento económico”.

“Estou absolutamente seguro que até 2006 veremos os resultados dessa orientação”, frisou, acrescentando que nessa altura “as famílias estarão bem melhor que estão hoje”.

Reflexões sobre a cimeira das Lajes

Ainda falando à Informação, o Primeiro-Ministro, questionado sobre a Cimeira das Lajes, cujo aniversário

passou no dia 16, afirmou hoje que a realização da Cimeira “decisão acertada”, sublinhando que Portugal sozinho não consegue combater o terrorismo.

“Foi uma decisão acertada”, disse, pois “Portugal deve pensar na luta global contra o terrorismo. Nós para lutarmos contra o terrorismo precisamos de ter aliados”.

Lembrando que os atentados em Madrid, foram uma “tragédia”, Durão Barroso sustentou que esses ataques podem ser “uma tragédia pequena comparada com outras que venham a acontecer a nível global”, caso não exista uma mobilização, também global de todos os países.

“Portugal sozinho não consegue combater o terrorismo. Nem Portugal, nem nenhum país”, frisou o Primeiro-Ministro, acrescentando que, por isso, a decisão de realizar a Cimeira das Lajes foi acertada, embora isso só possa ser

considerado que Portugal tem de estar “claramente do lado da democracia, da liberdade e dos valores contra toda a ameaça terrorista”.

Reeleição de Guilherme Silva

Já depois deste encontro, o deputado Guilherme Silva hoje reeleito líder da bancada parlamentar do PSD com 85 votos a favor, num total de 100 deputados sociais-democratas que votaram.

De acordo com fonte do grupo parlamentar do PSD, dos 105 deputados social-democratas apenas cinco não votaram, pois encontram-se ausentes do país, por motivos profissionais ou parlamentares.

Nas votações, que decorreram ao longo do dia de hoje, registaram-se ainda sete votos em branco e oito nulos.

Com a continuidade de Guilherme



avaliado a médio e longo prazo.

“As medidas que tomámos, nós e outros países, para uma coligação global contra o terrorismo, são medidas importantes, são medidas cujo efeito será muito claro a médio e longo prazo”, sublinhou.

Durão Barroso reconheceu ainda que, hoje em dia, as ameaças à segurança global são “imensas” e lembrou que alguns regimes deixaram “escapar segredos de utilização de armas químicas e armas atómicas”.

Desta forma, acrescentou o Primeiro-Ministro, Portugal “não pode ter a ilusão que é saindo dessa coligação global contra o terrorismo e afirmando uma pretensa neutralidade entre democracia e terrorismo, que consegue salvaguardar a sua segurança”.

“Não há neutralidade possível entre democracia e terrorismo”, afirmou,

Silva na liderança da bancada do PSD, a direcção parlamentar mantém-se quase igual, registando-se apenas três mudanças: as entradas para vice-presidentes dos ex-secretários de Estado Vieira de Castro e Miguel Frásquilho e de Teresa Morais, deputada eleita por Coimbra.

Da direcção saíram o deputado Jorge Neto, do Porto e Nazaré Pereira, de Vila Real.

Como vice-presidentes mantêm-se Leonor Beleza, Luís Marques Guedes, Marco António Costa, Ana Manso e Gonçalo Capitão, sendo que Maria Ofélia Moleiro, Fernando Santos Pereira e Gonçalo Breda Marques continuam como secretários da direcção da bancada do PSD. – Fonte: Lusa; fotos: Luís Saraiva

Conselho Nacional do PSD

Marcado o próximo Congresso para os dias 21, 22 e 23 de Maio em Oliveira de Azemeis

Realizou-se na última quarta-feira a anunciada reunião do Conselho Nacional do nosso partido, como é hábito no auditório da sede Nacional. Foram tomadas importantes decisões sobre a condução política da vida do PSD, tendo sido marcada a data do próximo Congresso para os dias 21, 22 e 23 de Maio próximo. Neste número do “Povo Livre”, publicamos o regulamento, cronograma e roteiro para o Congresso.

Em declarações aos conselheiros nacionais e falando sobre assuntos gerais de conjuntura internacional, que nestes dias têm ocupado a primazia das preocupações de todos os órgãos de soberania, o presidente do PSD e Primeiro-Ministro, Durão Barroso, afirmou que o Governo está a tomar todas as medidas necessárias para prevenir actos terroristas, tendo recusado ceder perante qualquer atentado.

Falando dos atentados de quinta-feira passada em Madrid, que causaram 201 mortos e cerca de 1.500 feridos, afirmou que se trata de um acto de puro Mal e que Portugal não pode ceder perante o Mal. Qualquer cedência perante estes actos significa abdicar da dignidade, da coragem e da independência.

O presidente do PSD sustentou que não há qualquer motivo que faça mudar a nossa convicção, e não há nenhum atentado que faça mudar a política do Governo. Referindo que a Europa, pela primeira vez, sentiu na própria carne o horror do terrorismo, o líder do nosso partido sublinhou que o Governo está a fazer tudo e com transparência para prevenir esses actos.

Durão Barroso recordou também as críticas dos partidos da oposição, em relação à sua posição perante o terrorismo, alegando que quem muda de política está a fazer “o jogo do terrorismo” e ainda sobre este ponto informou tinha discutido estas questões com o Presidente da República, Jorge Sampaio, o presidente da Assembleia da República, Mota Amaral, e ainda com o secretário-geral do maior partido da oposição, Eduardo Ferro Rodrigues.

“Ontem, fui atacado por falar com o líder do maior partido da oposição. Mas esta foi uma atenção que tive e que o anterior Primeiro-Ministro nunca teve comigo”, seriam a esse propósito as palavras de Durão Barroso, terminando este passo da sua intervenção com a afirmação que, se



houver um atentado terrorista em Portugal, os seus responsáveis serão os terroristas, pois são eles que os fazem.

No final do Conselho foi aprovado o comunicado final, que transcrevemos a seguir:

O Comunicado final do Conselho saúda os dois anos de Governo e a coragem reformista que o anima

1. O Conselho Nacional do PSD regista com especial ênfase o facto de se completarem hoje dois anos sobre a vitória eleitoral do PSD a qual abriu uma nova esperança para Portugal e para os portugueses.

Nesta ocasião, importa não esquecer a situação em que o País se encontrava quando o actual Governo tomou posse.

O Eng. António Guterres, pelas razões que todos conhecem, demitiu-se das suas funções de Primeiro-Ministro.

Com isso interrompeu o ciclo político, mergulhou o País numa crise política e aprofundou a já existente crise económica e social.

Mais uma vez, os portugueses chamaram o PSD para recolocar o País em ordem e consertar os estragos provocados por seis anos de desgovernação socialista.

Os portugueses confiaram ao Dr. Durão Barroso a tarefa de liderar a governação de Portugal numa das mais difíceis circunstâncias da nossa jovem democracia.

2. O Conselho Nacional sublinha a marca reformista deste Governo que, com muita coragem e determinação, lançou um conjunto de reformas estruturais de fundamental importância para o País.

Foi também com coragem e determinação que o Governo enfrentou, logo de início, o principal problema que afectava a economia e a credibilidade externa de Portugal: o excessivo défice do Estado.

Mas, nenhuma reforma de fundo é perceptível no momento imediato.

Qualquer reforma estrutural exige um período de concepção. Outro de desenvolvimento legislativo. Outro de aplicação. E outro ainda de avaliação dos primeiros resultados.

É um trabalho de enorme dimensão. Que leva tempo a concretizar e a produzir efeitos, pelo que o Conselho Nacional tem plena noção de que os resultados das reformas já lançadas só a partir de agora vão começar a fazer-se sentir no quotidiano das pessoas.

Estamos perante uma tarefa que irá produzir resultados determinantes para o crescimento económico de Portugal e para o aumento da qualidade de vida dos portugueses.

A governação do País foi assumida com a definição clara dos ciclos que teríamos pela frente:

o primeiro, de 2002 a 2004, seria o ciclo das reformas, da recuperação do défice e da credibilidade externa do País;

o segundo, de 2004 a 2006, seria o ciclo da retoma, do relançamento do crescimento económico, do aumento da produtividade e da

competitividade.

Ou seja, desde a primeira hora que o Dr. Durão Barroso demonstrou ter um rumo para o País e uma clara definição estratégica dos principais desafios que o Governo teria pela frente.

3. O Conselho Nacional congratula-se por verificar que as contas públicas estão disciplinadas, a credibilidade externa do País recuperada e o sistema económico melhor preparado para a retoma que, de forma gradual, consistente e consolidada começa a desenhar-se.

Só com estes instrumentos será possível gerar riqueza e garantir a justiça e coesão social, distribuindo mais a quem tem menos, criar melhores condições de vida para os mais desfavorecidos e aumentar o nível médio de qualidade de vida dos portugueses.

4. O Conselho Nacional apela a que todos os agentes com assento na Concertação Social se empenhem no desenvolvimento de um caminho que não depende apenas do Governo que, guiado por critérios de defesa absoluta do interesse público, tem feito um louvável esforço de concertação com os diversos parceiros sociais.

Importa que os diversos agentes percebam que por vezes mais vale abdicar de uma pequena parte agora para garantir um maior quinhão no futuro.

O Conselho Nacional exorta o Governo a prosseguir o caminho que tem vindo a trilhar.

5. O futuro de Portugal não se constrói com medidas mediáticas. Mas com alicerces sólidos. Que têm o seu tempo de consolidação e que são os únicos que garantem a consistência e a sustentabilidade do grande desafio que é colocar o País no patamar das economias mais desenvolvidas da União Europeia.

Os Portugueses vão começar a sentir os efeitos – alguns já este ano - deste caminho e vão perceber que só ele pode levar Portugal às metas ambicionadas.

Por outro lado, o Conselho Nacional sublinha que os sacrifícios de hoje são garantias de sucesso para as novas gerações.

Aos jovens portugueses devem ser dadas todas as condições para que



Conselho Nacional do PSD (Conclusão)

Sublinhada a «marca reformista» e as reformas estruturais lançadas pelo actual Governo



possam competir de igual para igual com os jovens dos Países mais avançados, num mundo e numa Europa cada vez mais exigentes.

A forte aposta que tem vindo a ser feita na educação, na ciência e na inovação é a demonstração inequívoca de que para o Governo a riqueza das nações se constrói essencialmente com o conhecimento.

É essencial que os mais novos percebam que a introdução de critérios de avaliação no seu percurso escolar é um meio para lhes criar mais músculo para o futuro.

O mundo do trabalho, a competitividade e a globalização são feitos de avaliações constantes e não se compadecem com atitudes mais ou menos facilitistas.

Os portugueses podem e devem encarar o futuro com sentido positivo.

Mobilização em torno das Eleições Europeias

6. O Conselho Nacional apela à

mobilização e união de todos em torno das próximas Eleições Europeias.

Os próximos tempos não serão fáceis, com uma oposição apostada em desenvolver uma política de ataques ao Governo e à coligação, sem o menor intuito de apresentar alternativas, discutir ideias ou confrontar projectos.

A opção do Partido Socialista quanto às eleições Europeias é a de tentar transformar aquele acto numa avaliação intercalar ao desempenho do Governo.

O Conselho Nacional regista que o PS vive num deserto de ideias e que não demonstra nem vontade nem capacidade para discutir o projecto europeu, prejudicando com esta atitude o interesse dos portugueses num debate aberto e consistente sobre esta matéria.

O PSD não se desviará um milímetro do seu caminho.

Temos um projecto para a Europa, sabemos que lugar queremos para Portugal, quais as

opções que mais nos interessam e os problemas que mais nos preocupam.

A Europa faz-se essencialmente de cidadania.

Só com as opiniões públicas do lado dos diversos Estados-Membros haverá mais força para reforçar a construção europeia.

É fundamental que nas próximas eleições para o Parlamento Europeu se debata o projecto Europeu.

Da parte do PSD é o que faremos. O Conselho Nacional exorta as forças da oposição a seguir o mesmo caminho.

Os trágicos acontecimentos de Madrid

7. O Conselho Nacional condena os trágicos acontecimentos ocorridos em Madrid no passado dia 11 de Março, e manifesta a sua total solidariedade para com as vítimas, a população e as instituições de Espanha.

O Conselho Nacional sublinha o sentido de Estado e de grande responsabilidade com que o Primeiro-Ministro tem tratado a questão da segurança do País, na convicção de que tudo está a ser feito no sentido de prevenir a ocorrência de acontecimentos destes e com a certeza de que nenhum país do mundo pode estar absolutamente imune a um tipo de atentado terrorista como aquele que tragicamente atingiu o País nosso vizinho.

Eleições na Madeira e nos Açores

8. O Conselho Nacional deliberou que o Partido irá concorrer à Assembleia Legislativa Regional da Madeira apresentando uma lista de candidatura própria – PPD/PSD e concorrer à Assembleia Legislativa Regional dos Açores em coligação eleitoral com o Partido Popular – CDS/PP.

Para o efeito deliberou delegar na Comissão Política Nacional o poder de proceder à homologação de uma coligação eleitoral com o Partido Popular, CDS/PP, com vista à apresentação de uma lista de candidatura comum ao próximo acto eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores que se realizará durante o mês de Outubro do corrente ano.

O Conselho Nacional deliberou delegar na Comissão Política Nacional o poder de proceder à homologação de uma coligação eleitoral com o Partido Popular, CDS/PP, com vista à apresentação de uma lista de candidatura comum ao próximo acto eleitoral para o Parlamento Europeu que se realizará no mês de Junho do corrente ano.

O próximo Congresso do nosso Partido

9. Por último, o Conselho Nacional procedeu à convocação do XXV Congresso do PSD, que decorrerá de 21 a 23 de Maio de 2004, em Oliveira de Azeméis, e aprovou o respectivo regulamento. - Lisboa, 17 de Março de 2004



REGULAMENTO DO XXV CONGRESSO NACIONAL

Artigo 1º (Data e Ordem de Trabalhos)

O XXV Congresso Nacional do Partido Social Democrata reúne em Oliveira de Azeméis, em sessão ordinária, nos dias 21, 22, e 23 de Maio de 2004, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Análise da situação política e votação das Moções de Estratégia;

Ponto 2 – Eleição dos Órgãos Nacionais.

Artigo 2º (Organização dos Trabalhos)

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte programa :

Sexta-feira, 21 de Maio de 2004

15h00 – Recepção e credenciação dos Congressistas;

19h00 – Abertura dos trabalhos pelo Presidente da Mesa e Intervenção do Presidente da Comissão Política Nacional;

21h30 – Apresentação e debate das Moções de Estratégia Política;

Sábado, 22 de Maio de 2004

10h00 – Continuação da discussão sobre a análise da situação política;

23h00 – Termo do prazo para a entrega na Mesa do Congresso das listas para os Órgãos Nacionais;

Domingo, 23 de Maio de 2004

10h00 – Início das votações das Moções de Estratégia e Órgãos Nacionais;

13h00 – Termo da votação das Moções de Estratégia e Órgãos Nacionais;

15h30 – Início da Sessão de Encerramento

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:

- O Presidente da Comissão Política Nacional usará da palavra, sem limite de tempo, no início do debate, bem como no encerramento dos trabalhos;
- Os membros da Comissão Permanente Nacional dispõem de 30 minutos;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Regionais dispõem de 15 minutos;
- Os Presidentes das Comissões Políticas Distritais e os líderes das Organizações Especiais dispõem de 10 minutos;
- O 1º subscritor de cada Moção Estratégia Política dispõem de 10 minutos
- Os candidatos que tenham formalizado a sua candidatura à presidência da Comissão Política Nacional dispõem de 30 minutos;
- Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelos inscritos.

2. A acumulação de tempo por cedência de oradores não poderá exceder os 10 minutos.

3. A Mesa do Congresso determinará as interrupções para almoço e jantar.

Artigo 3º (Delegados do PSD)

1. Os 750 delegados a eleger são rateados pelo Continente, Regiões Autónomas e Emigração, proporcionalmente ao número de militantes inscritos nos serviços centrais, com menos de dois anos de quotas em atraso, à data 17 de Março de 2004.

2. São atribuídos 18 delegados ao círculo da Emigração, 20 à Região Autónoma dos Açores, 35 à da Madeira e garantindo um delegado a cada Secção do Continente com mais de 40 militantes inscritos.

3. A Diferença entre o número de Delegados atribuídos nos termos do número anterior e o total atribuído às Secções do Continente; será rateado proporcionalmente pelos militantes inscritos em cada uma, que tenham menos de 2 anos de quotas em atraso, à data de 17 de Março de 2004.

4. O rateio do total dos delegados de cada uma das Regiões Autónomas pelas respectivas estruturas será determinado pelas Comissões Políticas Regionais competentes.

5. O Rateio do total dos delegados da Emigração pelas respectivas estruturas será determinado pelo Secretariado da Emigração.

Artigo 4º (Delegados das Organizações Especiais)

Os 70 delegados a eleger pela JSD, os 70 delegados a eleger pelos TSD e os 60 delegados a eleger pelos ASD são rateados pelos militantes de acordo com os critérios definidos pelos Órgãos Nacionais competentes de cada uma daquelas organizações.

Artigo 5º (Delegados por Inerência)

São Delegados ao Congresso por inerência os membros da Mesa do Congresso.

Artigo 6º (Assembleia de Secção)

1. Os Serviços Centrais remetem às Secções em 24 de Março de 2004 o Regulamento Eleitoral, o respectivo Cronograma e o Rateio dos Delegados referentes a cada Secção. Em 14 de Abril serão remetidos os Cadernos Eleitorais às mesmas Secções.

2. As eleições dos Delegados do PSD realizam-se nos dias 16 a 19 de Abril, devendo as convocatórias das respectivas Assembleias de Secção ser entregues na redacção do “Povo Livre” até 8 de Abril, inclusive, para efeitos de publicação em 14 de Abril de 2004.

3. Para a eleição dos Delegados do PSD, os militantes candidatar-se-ão através da apresentação de listas, que deverão ser entregues até às 24 horas do dia anterior ao da assembleia eleitoral convocada para o efeito.

4. O apuramento dos delegados é feito segundo o método de representação proporcional de Hondt.

5. Só poderão votar e ser eleitos os militantes que até às 18 horas do dia 8 de Abril tenham efectuado o pagamento da respectiva quota na tesouraria da Sede Nacional e estejam inscritos há pelo menos seis meses e um ano respectivamente e no pleno exercício dos seus direitos.

Artigo 7º (Participantes)

São Participantes no Congresso, sem direito a voto, os membros dos Órgãos Nacionais, os Deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu, o primeiro eleito em cada Câmara Municipal, os militantes que sejam membros do Governo, O Director do “Povo Livre”, o Presidente da Comissão de Relações Internacionais, o Director do Gabinete de Estudos Nacional e os Secretários-Gerais Adjuntos.

Artigo 8º (Observadores)

Podem assistir ao Congresso Observadores, convidados pela Comissão Política

REGULAMENTO DO XXV CONGRESSO NACIONAL

Nacional, devendo esta ratear pelas Comissões Políticas Regionais e Distritais, bem como pela JSD, TSD, e ASD, o número de lugares disponíveis.

Artigo 9º **(Inscrição dos Delegados, Participantes e Observadores)**

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa ao Secretário-Geral dos boletins de inscrição próprios, autenticados pelos órgão competentes, os quais devem dar entrada na Sede Nacional até às 18 horas do dia 27 de Abril .

2. Tal inscrição será acompanhada pela quantia de 50 Euros, a remeter anexa ao boletim, estando isentos os representantes das estruturas fora do Continente e da JSD.

3. As listas de Delegados e Participantes serão publicadas na edição do “Povo Livre” de 19 de Maio.

Artigo 10º **(Substituições)**

Depois de recebidas as inscrições dos Delegados só serão permitidas substituições que dêem entrada nos serviços Centrais até ao dia 14 de Maio.

Artigo 11º **(Moções de Estratégia Política)**

1- As Moções de Estratégia Política deverão ser remetidas ao Presidente da Mesa do Congresso até às 18 horas do dia 14 de Maio, em suporte informático.

2- As Moções devem ser subscritas pelas Comissões Políticas Nacionais do PSD, da JSD e dos ASD, pelas Comissões Políticas Regionais, Pelas Assembleias Distritais, pelo Secretariado Nacional dos TSD, por cinco Secções da Emigração, por mil e quinhentos militantes no pleno exercício dos seus direitos ou por 25 delegados ao Congresso.

3- As Moções admitidas serão publicadas na edição do “Povo Livre” de 19 de Maio.

4- Durante os trabalhos do Congresso podem ser admitidas propostas que visem a conciliação de outras anteriormente admitidas desde que o 1º subscritor de cada uma delas a retire e subscreva aquelas.

5- Ao 1º subscritor de cada proposta, a quem incumbe representar os restantes, é permitida a aceitação de sugestões visando modificar a redacção.

6- Considerar-se-á aprovada a Moção que recolher maior número de votos favoráveis.

Artigo 12º **(Eleição dos Órgãos Nacionais)**

As listas para os Órgãos Nacionais serão entregues na Mesa do Congresso até às 23h00 de Sábado dia 22 de Maio, devendo ser subscritas por 25 delegados e acompanhadas de declaração de aceitação dos candidatos, previamente aprovada pela Mesa do Congresso.

Artigo 13º **(Comunicação Social)**

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes dos Órgãos de Comunicação Social devidamente credenciados pelos Serviços Centrais .

CRONOGRAMA DO XXV CONGRESSO

Marcação do Congresso	17 de Março de 2004
Envio às Secções do Rateio, Regulamento e Cronograma	24 de Março de 2004
Publicação do rateio de Delegados e Regulamento no “Povo Livre” e Internet	24 de Março de 2004
Data Limite de pagamento de quotas para inclusão nos Cadernos Eleitorais	8 de Abril de 2004
Entrega das Convocatórias Eleitorais no “Povo Livre”	Até 8 de Abril de 2004
Publicação das Convocatórias no “ Povo Livre” e na Internet	14 de Abril de 2004
Envio dos Cadernos Eleitorais	14 de Abril de 2004
Eleição dos Delegados	16 a 19 de Abril de 2004
Entrega das inscrições de Delegados e Observadores	Até 27 de Abril de 2004
Entrega das Moções de Estratégia	Até 14 de Maio de 2004
Prazo Limite para substituição de Delegados	14 de Maio de 2004
Publicação no “ Povo Livre” e na Internet das listas de Delegados e Moções de Estratégia	19 de Maio de 2004
Congresso	21, 22 e 23 de Maio de 2004



Rateio dos Delegados ao XXV Congresso Nacional

Secção	Deleg	Secção	Deleg	Secção	Deleg	Secção	Deleg
Abrantes	2	Condeixa-a-Nova	2	Moura	1	Secção Oriental	4
Águeda	3	Constância	0	Mourão	1	Seia	2
Aguiar da Beira	1	Coruche	1	Murça	1	Seixal	3
Alandroal	1	Covilhã	3	Murtosa	2	Sernancelhe	2
Albergaria-a-Velha	2	Crato	1	Nazaré	1	Serpa	0
Albufeira	2	Cuba	0	Nelas	2	Sertã	2
Alcácer do Sal	1	Elvas	1	Nisa	1	Sesimbra	2
Alcanena	1	Entroncamento	1	Óbidos	2	Setúbal	3
Alcobaça	3	Espinho	2	Odemira	1	Sever do Vouga	2
Alcochete	1	Esposende	3	Odivelas	4	Silves	1
Alcoutim	1	Estarreja	2	Oeiras	5	Sines	2
Alenquer	2	Estremoz	1	Oleiros	1	Sintra	2
Alfândega da Fé	1	Évora	3	Olhão	3	Sobral de Monte Agraço	2
Algés	6	Fafe	2	Oliveira de Azeméis	3	Soure	2
Algueirão Mem-Martins	2	Faro	5	Oliveira de Frades	1	Sousel	1
Alijó	1	Felgueiras	3	Oliveira do Bairro	2	Tábua	2
Aljezur	1	Ferreira do Alentejo	1	Oliveira do Hospital	2	Tabuaço	2
Aljustrel	0	Ferreira do Zêzere	1	Ourém	4	Tarouca	1
Almada	4	Figueira Castelo Rodrigo	1	Ourique	3	Tavira	2
Almeida	1	Figueira da Foz	5	Ovar	2	Terras de Bouro	2
Almeirim	2	Figueiró dos Vinhos	1	Paços de Ferreira	4	Tomar	2
Almodôvar	2	Fornos de Algodres	1	Palmela	1	Tondela	3
Alpiarça	1	Freixo de Espada à Cinta	1	Pampilhosa da Serra	1	Torre de Moncorvo	2
Alter do Chão	1	Fronteira	1	Paredes	4	Torres Novas	2
Alvaiázere	1	Fundão	2	Paredes de Coura	1	Torres Vedras	3
Alvito	1	Gavião	1	Pedrógão Grande	1	Trancoso	1
Amadora	4	Góis	1	Penacova	2	Trofa	16
Amarante	2	Golegã	1	Penafiel	4	Vagos	3
Amares	2	Gondomar	11	Penalva do Castelo	1	Vale de Cambra	2
Anadia	3	Gouveia	1	Penamacor	1	Valença	2
Ansião	3	Grândola	2	Penedono	0	Valongo	5
Arcos de Valdevez	3	Guarda	3	Penela	1	Valpaços	4
Arganil	2	Guimarães	7	Peniche	2	Vendas Novas	1
Armamar	1	Idanha-a-Nova	1	Pêro Pinheiro	1	Viana do Alentejo	1
Arouca	2	Ílhavo	3	Peso da Régua	2	Viana do Castelo	6
Arraiolos	0	Lagoa	2	Pinhel	2	Vidigueira	0
Arronches	1	Lagos	2	Pombal	3	Vieira do Minho	2
Arruda dos Vinhos	2	Lamego	3	Ponte da Barca	1	Vila da Feira	6
Aveiro	5	Leiria	4	Ponte de Lima	2	Vila de Rei	2
Avis	1	Loulé	4	Ponte de Sor	2	Vila do Bispo	1
Azambuja	2	Loures	3	Portalegre	2	Vila do Conde	4
Baião	2	Lourinhã	2	Portel	1	Vila Flor	1
Barcelos	10	Lousã	2	Portimão	2	Vila Franca de Xira	4
Barrancos	0	Lousada	6	Porto	10	Vila Nova da Barquinha	1
Barreiro	3	Mação	1	Porto de Mós	2	Vila Nova de Cerveira	1
Batalha	1	Macedo de Cavaleiros	2	Póvoa de Lanhoso	2	Vila Nova de Famalicão	9
Beja	2	Mafra	4	Póvoa de Varzim	4	Vila Nova de Foz Côa	2
Belmonte	1	Maia	7	Proença-a-Nova	2	Vila Nova de Gaia	11
Benavente	1	Mangualde	2	Queluz	3	Vila Nova de Paiva	1
Bombarral	3	Manteigas	1	Redondo	1	Vila Nova de Poiares	3
Borba	1	Marco de Canaveses	4	Reguengos de Monsaraz	1	Vila Pouca de Aguiar	2
Boticas	3	Marinha Grande	1	Resende	2	Vila Real	3
Braga	4	Marvão	1	Ribeira de Pena	1	Vila Real Santo António	1
Bragança	3	Matosinhos	6	Rio de Mouro	2	Vila Velha de Ródão	0
Cabeceiras de Basto	2	Mealhada	2	Rio Maior	2	Vila Verde	10
Cacém	3	Meda	2	Sabrosa	1	Vila Viçosa	2
Cadaval	2	Melgaço	1	Sabugal	1	Vimioso	1
Caldas da Rainha	5	Mértola	0	Salvaterra de Magos	1	Vinhais	2
Caminha	1	Mesão Frio	1	Santa Comba Dão	1	Viseu	6
Campo Maior	1	Mira	2	Santa Marta de Penaguião	2	Vizela	2
Cantanhede	2	Miranda do Corvo	1	Santarém	3	Vouzela	2
Carrazeda de Ansiães	1	Miranda do Douro	1	Santiago do Cacém	2		
Carregal do Sal	2	Mirandela	3	Santo Tirso	4	Total Continente	677
Cartaxo	2	Mogadouro	3	São Brás de Alportel	2	Açores	20
Cascais	7	Moimenta da Beira	2	São João da Madeira	2	Madeira	35
Castanheira de Pêra	1	Moita	2	São João da Pesqueira	0		
Castelo Branco	3	Monção	2	São Pedro do Sul	2	Total Regiões Autónomas	55
Castelo de Paiva	2	Monchique	1	Sardoal	1	Europa	9
Castelo de Vide	1	Mondim de Basto	2	Sátão	2	Fora da Europa	9
Castro Daire	2	Monforte	1	Secção A	6	Total Emigração	18
Castro Marim	1	Montalegre	2	Secção B	5		
Castro Verde	0	Montemor-o-Novo	1	Secção D	4		
Celorico da Beira	1	Montemor-o-Velho	2	Secção E	2		
Celorico de Basto	2	Montijo	2	Secção F	3		
Chamusca	1	Mora	1	Secção G	3		
Chaves	4	Mortágua	1	Secção H	4		
Cinfães	2	Moscavide	3	Secção I	2		
Coimbra	9					Total Delegados	750



CARTAXO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Concelhia do Cartaxo, para reunir no próximo dia 19 de Abril de 2004, pelas 21h00, na sede Concelhia do PSD, sita na Rua Serpa Pinto, lote 3-a.º. Dtº, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Discussão e aprovação do Relatório de Contas de 2003;
2. Análise da situação política concelhia;
3. Análise da situação política nacional.

NÚCLEO DE S. DOMINGOS DE RANA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital do Núcleo de S. Domingos de Rana, para reunir em sessão ordinária no dia 9 de Abril de 2004, pelas 21h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política actual.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Rio Maior, para reunir no dia 23 de Abril de 2004, pelas 20h00, na sede da Secção, situada na Av. Paulo VI, lote 101 – 1.º dto, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política.

Nota:

As listas deverão ser apresentadas até às 24 horas do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na sede da secção concelhia.

As urnas estarão abertas entre as 20h00 e as 23h00.

Só têm capacidade eleitoral, os militantes que tenham as suas quotas em dia, podendo as mesma ser pagas até ao 10.º dia anterior ao da eleição.

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Golegã, para reunir no próximo dia 23 de Abril, pelas 21h00, na Rua José Pedro C. Marreca, n.º 22, na Golegã, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política de Secção e da Mesa da Assembleia de Secção.

Nota:

As listas candidaturas deverão ser entregues até às 24h00 do 3.º dia anterior ao acto eleitoral, na sede concelhia, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção.

As urnas estarão abertas para o acto eleitoral das 21h00 às 23h00.

S. JOÃO DA MADEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira, para uma reunião ordinária, no próximo dia 24 de Março de 2004 (quarta-feira), pelas 21h30, na sede concelhia, sita no Centro Comercial Castilho, na Av. Dr. Renato Araújo, n.º 182, 1.º, loja “CG”, em S. João da Madeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Contas de 2003;
3. Análise da situação Política.

TORONTO

Cumprindo o que foi determinado na última Assembleia-geral Extraordinária de 14/3/2004, face ao pedido de demissão da actual Comissão Política, e dando cumprimento aos termos da alínea c) do artigo 50.º e ao disposto no artigo 35.º, dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia-Geral da Secção de Toronto PPD/PSD, para reunir na sede social – 1108 Dundas Sr. West, BSPM. Toronto, no dia 2 de Maio de 2004, pelas 15h30, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Leitura da acta da sessão anterior;
2. Eleição da Mesa da Assembleia-Geral e da Comissão Política;
3. Um período de 30 minutos para discussão de qualquer assunto de interesse para a secção.

Nota:

A eleição será feita através de listas completas, apresentadas na mesa da Assembleia Geral 48 horas antes do início dos trabalhos da Assembleia.

VILA NOVA DE FAMALICÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Famalicão, para reunir na sede Concelhia, sita na Rua Adriano Pinto Basto, 212, 3.º, sala 14, no dia 24 de Abril de 2004, pelas 14h00, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Eleição da Comissão Política Concelhia e Mesa da Assembleia.



NÚCLEO MAIA LESTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se todos os Militantes do Núcleo Maia Leste, para um Plenário de Núcleo a realizar no dia 24 de Março de 2004, pelas 21h30 Sede da Concelhia, sita na Rua Eng.º Duarte Pacheco, n.º 987 Maia, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Apresentação, Discussão e Aprovação do Plano de Actividades;
- 2- Análise da Situação Política.

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Mafra, a realizar no próximo dia 23 de Abril de 2004, pelas 20h30, a decorrer nas instalações da Sede de Secção da JSD de Mafra, (Terreiro D. João V, n.º 66 – 2.º - 2640 – 492 Mafra), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Secção;

Notas:

A votação decorrerá das 20h30 às 24h00.

As listas deverão ser entregues, até às 24h00 no dia anterior à eleição nas instalações da JSD de Mafra.

Rectificação das seguintes Convocatórias

GUARDA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção da Guarda, para reunir no próximo dia 2 de Maio de 2004, pelas 19h00, na Sede Distrital da PSD/Guarda, sita na Rua Infante D. Henrique, 59 – 2.º Drt., com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Órgãos Concelhios:
- 1.1- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
 - 1.2- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24h00 no dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD/Guarda.

As urnas estarão abertas entre as 19h30 às 21h30.

MANTEIGAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário de Secção de Manteigas, para reunir no próximo dia 2 de Maio de 2004, pelas 15h00, na Sede do PSD/Manteigas, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1- Eleição dos Órgãos Concelhios:
- 1.3- Eleição da Mesa do Plenário de Secção;
 - 1.4- Eleição da Comissão Política de Secção.

Notas:

As listas devem ser entregues até às 24h00 no dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Mesa do Conselho Distrital, na Sede do PSD/Guarda.

As urnas estarão abertas entre as 15h30 às 17h30.

SECRETARIADO NACIONAL

LISTA A
Efectivos
(por ordem alfabética)

Arménio Santos

Alfredo Manuel Vieira Correia
Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro
Amadeu Jesus Pinto
António José de Matos Cristóvão
António Pedro Roque Visitação Oliveira
Augusto Alexandre da Cunha Dias
Carlos Alberto Alvarez de Faria Chagas
Carlos Manuel de Almeida Luís
Carlos Manuel Castro Loureiro
Cristina Maria Damião de Jesus
Jacinto Faias dos Reis Pereira
José Correia Azevedo
Leodolfo Bettencourt Picanço
Manuel Pereira Gomes
Maria Emília Apolinário Felicíssimo
Nuno Miguel da Silva Neto
Palmira dos Anjos Castro Magalhães Carvalho
Serafim Figueiral Rebelo
Victor Manuel Martins
Viriato Augusto Baptista



MESA DO CONGRESSO

LISTA A
Efectivos

Joaquim João Martins Dias da Silva

Manuel Cardoso Monteiro
Alberto Augusto Rodrigues Almeida
Lucília Maria Cabral Ferreira
Paula Cristina Ruivo Marques



CONSELHO DE DISCIPLINA E
FISCALIZAÇÃO NACIONAL

LISTA A
Efectivos

José de Paula Monteiro

Luís Filipe Camoêças dos Anjos
Pedro Lorenzo Dominguez
Mário Jorge Pereira Santos Ferreira
João Manuel Tavares Passarinho

CONSELHO NACIONAL

LISTA A
Efectivos
(por ordem alfabética)

Manuel Ferreira Martins

Alexandre Azevedo Monteiro
Alfredo António Rodrigues Socero Barros
Ângelo José de Jesus Soares
António Alberto Monteiro Aguiar
António Carvalho Carreira
António Manuel Mendes Marques
Arlindo da Silva André Moreira
Belquisse Clara P Nogueira Suzano
Daniel Varela Amaro
Domingos Ferreira Teixeira Guimarães
Domingos Francisco Carvalho Silva
Fernando Dias Santos Simões

Heitor Rui Santos Bernardo
João Fernando Rodrigues Cruz
Joaquim Pedro Martins do Amaral Lourenço
Jorge Paulo Roque da Cunha
José Joaquim Martins do Rosário
José Manuel Martins Lopes Cravo
José Maria Cabral
José Mendes Cabrito
José Pinto Ferreira
Josué Marques Moreira
Luís de Carvalho Pereira Carneiro
Luís Filipe Cardoso Barreira
Luís Filipe Requicha Ferreira
Luís Hermínio Felgueiras
Luís M Carvalho Trindade
Manuel António Freixedas Torres
Manuel dos Reis Crespo
Manuel Grilo Lopes Dias
Maria Amélia Alves Cabaço

Maria das Mercês Gomes Borges Soares
Maria Domingas O N F Mascarenhas Grade
Maria Isabel H Pinto Gaspar
Maria Teresa da Silva Diaz de Seabra
Mário Henriques Santos
Paulo Manuel Bernardes Moreira
Porfírio Martins Ferreira Gil
Raúl José das Neves Pires Amado
Ricardina Brum Condeça Machado Guerreiro
Rolando Lalanda Gonçalves
Rui Fernando Rodrigues Correia
Rui Freitas Pereira
Rui Manuel Ribeiro Santos Alves
Teobaldo António Figueiredo Correia Simões
Virgílio Silva Matos
Vitor Cândido Jesus Pereira
Vitor Manuel Ferreira Domingos
Vitor Manuel Lourenço Machado

Carlos Coelho apoia Agência Europeia para gestão de fronteiras

Carlos Coelho, Deputado do PSD no Parlamento Europeu, lamentou em Estrasburgo, “a falta de atenção dada às questões relacionadas com as fronteiras externas, que têm por essa razão vindo a ser apontadas como um dos elos mais fracos no sistema, o que acaba por ter consequências negativas não só ao nível da protecção eficaz da segurança interna (nomeadamente no que diz respeito às ameaças do terrorismo, das redes de imigração clandestina e do tráfico de seres humanos), como também ao nível da aplicação plena do princípio da livre circulação”.

Para Carlos Coelho, “é, assim, urgente a **adopção de medidas coerentes no âmbito da segurança nas fronteiras**, sem pôr em causa, obviamente, as competências próprias dos Estados Membros. Deve desenvolver-se uma política comum de controlo das actuais e futuras fronteiras externas, o que implica a aplicação de normas comuns e a criação de estruturas comuns, de modo a instituir uma gestão integrada dessas fronteiras (onde se inclui a criação de uma agência independente), que garanta um nível elevado e uniforme de controlo e fiscalização”.

Carlos Coelho considerou, por essa razão, “bem vinda a proposta da Comissão, que tem em vista a criação de uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas fronteiras externas, que deverá assumir funções em 1 de Janeiro de 2005, e que gozará de uma autonomia financeira, jurídica e administrativa”.

O Deputado social democrata considerou, de um modo geral, “**bastante positiva**” a proposta da Comissão. No entanto, acrescentou, “é lamentável que não lhe tenha sido atribuído um carácter mais ‘comunitário’, aliás, na



sequência do que já tinha sido solicitado anteriormente pelo Parlamento Europeu.

A ideia seria a de se criar **uma agência independente**, que teria como missão **optimizar a implementação da política comunitária em matéria de gestão das fronteiras externas, através de uma melhoria da cooperação operacional entre os Estados Membros**, proporcionando uma coordenação coerente, efectiva e verdadeiramente operacional. Porém, qualquer estrutura criada deveria prever um envolvimento completo por parte da Comissão e também do Parlamento Europeu, pois só desse modo é que poderá ser garantido um nível elevado e efectivo de controlo e fiscalização.

Por essa razão, no estado actual, não é aconselhável confiar-lhe competências em matéria de regresso, pois poderá existir o perigo de um insuficiente controlo democrático directo deste tipo de actividades operacionais. Para além de que ainda continuamos a aguardar que nos seja apresentada uma proposta sobre as normas mínimas relativas aos procedimentos de regresso e ao reconhecimento mútuo das decisões de regresso”.

Para Carlos Coelho, este será, desde já, “um passo positivo no sentido de se **reforçar a confiança mútua entre os Estados Membros, no controlo das fronteiras externas** - que são comuns - o que significa que a fraqueza no controlo num Estado terá efeitos inevitáveis de arrastamento na segurança de todos os demais Estados Membros. E isto torna-se ainda mais relevante se tivermos em conta que com o alargamento, a União terá mais 10 Estados Membros, que se tornarão responsáveis pelo controlo de milhares de quilómetros das novas fronteiras externas da União”.

Rotulagem do vinho: Deputados do PSD querem explicações da Comissão Europeia

Os Deputados do PSD no Parlamento Europeu, em pergunta prioritária à Comissão Europeia, querem saber “**quais as razões que levaram a Comissão Europeia a adoptar as novas regras de rotulagem do vinho**, à margem do quadro negocial da Organização Mundial do Comércio”.

Com efeito, a Comissão Europeia aprovou no passado dia 23 de Fevereiro de 2004 as novas regras de rotulagem do vinho na União Europeia, que abrem a possibilidade a países terceiros de utilizarem no espaço comunitário, vinho com as designações tradicionais “tawny”, “vintage” ou “ruby” e outras, e de o exportarem para a União Europeia.

Os Deputados sociais democratas chamam a atenção para o facto de a Região Demarcada do **Vinho do Porto** utilizar desde sempre as denominações “tawny”, “vintage” ou “ruby” e de o **Vinho da Madeira** utilizar também as denominações “canteiro”, “frasqueira” ou “reserva velha”, sublinhando que “ambos os vinhos consolidaram a qualidade e a imagem internacional utilizando aquelas designações”.

Os representantes do PSD no Parlamento Europeu afirmam ainda que “as novas regras de rotulagem vêm **banalizar a utilização das ditas designações com os decorrentes prejuízos para os produtores de Vinho do Porto e Vinho da Madeira** e para os próprios produtos,

o que configura uma efectiva distorção de concorrência”.

Salientando que “no âmbito das negociações da Organização Mundial do Comércio, “a União Europeia sempre tem vindo a defender a necessidade da adopção de um acordo equilibrado, com especial relevância no que respeita às questões não-tarifárias e que estas medidas não-tarifárias incluem entre outras a protecção das designações de origem, as marcas, etc”, os Deputados afirmam que “sabendo-se que as negociações da OMC estão bloqueadas desde o fracasso da Ronda Negocial de Cancun do passado mês de Setembro, **a União Europeia não deverá - ou não deveria - fazer qualquer cedência negocial fora do contexto negocial da OMC**”.

Os Deputados sociais democratas pretendem ainda que a Comissão Europeia explique “o que é que a União Europeia ganhou com esta cedência inusitada e inesperada e qual a avaliação que faz sobre as consequências para os produtores comunitários - designadamente dos da Região Demarcada do Vinho do Porto e dos produtores do Vinho da Madeira -, desta decisão”.

Os Deputados do PSD ponderam ainda a possibilidade de **agendamento de um debate sobre esta matéria no Plenário do Parlamento Europeu**.

JSD de Vila Verde recebe Jorge Nuno Sá



“Ser da JSD – Porquê?” foi o tema de uma conferência levada a efeito pela Comissão Política da JSD de Vila Verde, que contou com a participação do Presidente da CPN, Jorge Nuno Sá.

Perto de uma centena de militantes e simpatizantes ouviram falar da importância das juventudes partidárias, bem como do dever de participar activamente na construção de um País melhor, desenvolvido e solidário.

Para além dos muitos participantes locais, várias concelhias de Braga fizeram-se representar por dirigentes de secção.

Presentes no debate estiveram o líder da CPD/JSD-Braga, Joel Sá, o Deputado da JSD Jorge Pereira, e os anfitriões Gabriela Rodrigues e José Manuel Fernandes, respectivamente Presidente da JSD/Vila Verde e Presidente da Câmara Municipal local.

JSD/Madeira em crescimento

Foi lançada uma campanha de filiação destinada a captar novos militantes para a JSD/Madeira. Esta iniciativa é uma colaboração entre a Comissão Política Regional, as Concelhias e os dinâmicos Núcleos de Freguesia.

Segundo o comunicado da JSD/Madeira, “esta campanha tem como objectivos principais mostrar a grandiosidade da nossa organização, explicar aos jovens a nossa missão, mostrar o nosso trabalho e, por último mas não menos importante, promover a nossa constante renovação interna.”

Os líderes regionais da JSD pretendem igualmente incentivar a abordagem dos “problemas, perspectivas, desafios e necessidades que exijam a nossa atenção e o mais elevado empenho junto dos mais novos.”

O texto da JSD/Madeira terminava referindo que “só assim podemos continuar a liderar as mais diversas políticas de juventude e a solidificar a nossa actual posição que, faz de nós, não somente a maior como também a melhor, organização política de Juventude.”

Às estruturas regionais desejamos boa sorte na campanha de militância bem como nas próximas eleições do arquipélago.

Marco de Canavezes:

CPD/Porto realiza Jornadas José Nuno Meireles

Continuando o seu programa de preparação de quadros para as próximas autárquicas, a CPD/JSD do Porto realizou as jornadas José Nuno Meireles, que tiveram lugar na freguesia de Sande, concelho do Marco de Canavezes.

A abertura dos trabalhos coube a José Meireles, irmão de José Nuno Meireles, antigo dirigente nacional da JSD e Presidente da CPD/JSD-Porto, precocemente falecido em acidente de viação quando se deslocava para representar o PSD numa sessão da Assembleia Municipal do Porto.

Igualmente intervenientes na abertura das Jornadas foram os líderes distritais da JSD e PSD portuense, Daniel Figueiro e Marco António Costa.

Durante os trabalhos tiveram lugar três intervenções de carácter mais técnico e que deram azo a animados e descontraídos debates, aliás, exactamente o intuito do formato escolhido pela organização.

Assim, Fernando Ruas, Miguel Canedo (ANJE) e o Prof Borges Gouveia (Gaiadigital) introduziram, respectivamente, os seguintes temas: “Descentralização e Novas Áreas Metropolitanas como forma de desenvolvimento”, “O Empreendedorismo como factor de crescimento económico” e “Cidades Digitais: que futuro?”.

O encerramento coube ao Presidente da CPN/JSD, Jorge Nuno Sá, que saudou a iniciativa da distrital do Porto e os cerca de 90 participantes que passaram pelas jornadas.



Tomada de Posse da CPD/Viseu



No passado dia 20 de Março, o restaurante “O Chefe” foi palco do jantar de tomada de posse dos órgãos distritais da JSD de Viseu, que conta com Paulo Almeida na qualidade de dirigente máximo.

A sessão de intervenções teve como oradores o próprio empossado, Paulo Almeida, Mota Faria (Vice-Presidente da CPD/PSD-Viseu); Gonçalo Capitão (Vice-Pres do Grupo Parlamentar do PSD) e Jorge Nuno Sá (Presidente da CPN/JSD).

Assim, cerca de 150 pessoas ouviram o líder viseiense pugnar pelo desenvolvimento da região, tendo defendido, entre outras ideias, a criação de uma Universidade Pública em Viseu.

Gonçalo Capitão, zurziu na oposição com todo o fervor, criticando a irresponsabilidade dos partidos à esquerda do PSD no quadro parlamentar. O Deputado da JSD,



aproveitou igualmente para fazer um balanço da governação do PSD, saldando-a por altamente positiva.

Coube ao Presidente da CPN fazer a última das intervenções, não perdendo a oportunidade para apelar a uma mobilização geral tanto da JSD como do PSD. “Estamos no rumo certo, mas temos de sair para a rua”, alertou Jorge Nuno Sá.

Após criticar a lista de “refugiados” que os socialistas apresentam às europeias, o também Deputado Jorge Nuno não deixou de alertar que os candidatos da Coligação Força Portugal precisarão de um grande empenho da JSD na sua caminhada à vitória.

Para além de inúmeros convidados da JSD e PSD, destacamos a presença da Presidente da Jurisdição Nacional, Filipa Guadalupe.

Durante a tarde, o Solar dos Peixotos, em Viseu, fora o local escolhido para a conferência “PSD: 30 ANOS AO SERVIÇO DA PESSOA HUMANA”.

Esta foi igualmente uma iniciativa da Comissão Política da JSD Distrital, e teve como oradores o Vice-Presidente da CPD/PSD, Mota Faria e o Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, José Cesário.

Por uma mudança de Regime no Ensino Superior

«Dizer que o que existe não basta nem é bom... dizer que é preciso mudar... São bons pontos de partida para análise do Ensino Superior português, mas que adiantam muito pouco!

Na passagem de mais um Dia do Estudante, a JSD vem afirmar a sua convicção de que não é só assim, nem só com isto “que lá vamos”! O Ensino Superior português, criado e desenvolvido para cumprir o objectivo de “diplomar” a maioria dos portugueses não tem hoje resposta para os desafios da modernidade e não consegue ser o tão necessário instrumento para colocar Portugal no “pelotão da frente” da Europa e do Mundo.»

Assim começa o comunicado da Coordenadora Nacional do Ensino Superior da CPN/JSD emitido no Dia do Estudante, que pode ser consultado em “Documentos”, no site da JSD.

Jorge Nuno visita secções alentejanas

Jorge Nuno Sá esteve no último sábado em périplo pela bonita região do centro-alentejano.

A vista começou em Évora, donde se seguiu para Reguengos, com um almoço de convívio, tendo lugar em seguida um passeio à Herdade do Esporão. A bela vila de Monsaraz foi palco da passagem do Presidente da CPN, bem como a nova Aldeia da Luz e o concelho de Mourão.

Na Aldeia da Luz, Jorge Nuno Sá esteve no Museu memorial e trocou impressões com o estimado Presidente da Junta de Freguesia, o social democrata Francisco Oliveira.

Para além de inúmeros dirigentes e militantes locais, acompanharam o líder da CPN quatro Presidentes de Secção: Évora, Mourão, Redondo e Reguengos de Monsaraz.



Prof. Rebelo de Sousa afirma que falta cumprir o 25 de Abril no Distrito de Setúbal

Esta foi a nota mais importante que Marcelo Rebelo de Sousa deixou aos perto de 170 militantes e simpatizantes que se deslocaram a Sesimbra para participar num evento conjunto da JSD/Seixal e da JSD/Quinta do Conde.

Um intervenção versada sobre a História do PSD e do seu percurso de afirmação e conquista de 3 décadas, em que não deixou de referir que a força do PSD é que é o único partido em Portugal que é simultaneamente de militantes e de eleitores, e o único que teve forças de até fazer uma campanha com um líder ausente (as eleições para a Assembleia Constituinte em 1975, em que Sá Carneiro estava em recuperação fora do país).

No evento estiveram presentes vários dirigentes distritais, como a Governadora Civil de Setúbal, Maria Mercês Borges, o Presidente da CPD/PSD, Luís Rodrigues, e o Presidente da CPD/JSD, Nuno Matias.



JSD no debate “As Mulheres na Política”

Organizado pela Associação Juvenil de Estudos e Comunicação (AJEC), teve lugar um debate sobre a participação feminina da política em Portugal. Esta iniciativa realizou-se no passado 11 de Março, na Delegação Regional do IPJ/Lisboa, para um público constituído maioritariamente por estudantes do ensino secundário.

A JSD fez-se representar por Margarida Pimenta, membro da Coordenadora do Ensino Básico e Secundário da Comissão Política Nacional da JSD.

Alargamento da UE debatido em Famalicão

Oradores muito credenciados abordarão a temática europeia numa iniciativa da Comissão Política da JSD de Vila Nova de Famalicão. É já no próximo dia 27 de Março que esta secção pretende arrancar com a sua campanha às europeias, com um colóquio sobre o Alargamento.

O debate contará com as presenças do Secretário-geral Adjunto do Partido Popular Europeu, o Director da Fundação Konrad Adenauer, um Eurodeputado Alemão, o Deputado Prof. Nazaré Pereira e o Presidente da JSD Jorge Nuno Sá

Aproveitando a presença do líder da CPN no distrito de Braga, a CPD promove nesse dia um almoço de convívio, igualmente em Famalicão, com membros de Comissões Políticas de Secção e delegados distritais.

Mafra discute política florestal

A JSD Mafra recebeu Ricardo Machado, Presidente da Distrital da JSD/Área Oeste, e César Teixeira, Vice-Presidente da CPN, na sua sede de secção para uma iniciativa que visou comemorar o Dia Mundial da Árvore.

Outro dos objectivos era debater e conhecer melhor os projectos de resolução ligados à política florestal apresentados na Assembleia da Republica pelos Deputados da JSD, nomeadamente Jorge Nuno Sá e João Moura.

A iniciativa contou com a presença de cerca de 50 militantes de Mafra e de secções vizinhas, correu de uma forma informal e muito participada e serviu para um melhor esclarecimento acerca do funcionamento do voluntariado jovem para a floresta e das funções desempenhadas pelos Sapadores Florestais.

No final da sessão os convidados procederam à simbólica plantação de uma oliveira.



YEPP Chairmen's Conference "Europe: Road to Social Cohesion"

Lisboa - 25 a 28 de Março de 2004



A JSD organiza em Lisboa uma iniciativa do YEPP (Juventude do Partido Popular Europeu) que já tem confirmada a participação de cerca de 72 elementos de 34 organizações políticas de juventude de toda a Europa.

A Conferência de Presidentes é um evento que juntará os líderes das organizações pertencentes ao YEPP (normalmente a representação é feita pelo Secretário Internacional, que na JSD é Ricardo Lopes), e terá início na próxima quinta-feira.

O programa inclui conferências como oradores José Eduardo Martins, Jorge Moreira da Silva, Miguel Frasquilho, entre outros. Estão também asseguradas as presenças dos Primeiros-Ministros de Portugal e Holanda.

Confirmada também está a recepção em Oeiras por parte da Presidente da Câmara (Dra. Teresa Zambujo) num jantar oferecido à delegação estrangeira na sexta-feira, e uma festa de encerramento no sábado à noite no Cenoura do Rio organizada pela JSD de Lisboa.

Seminário do EDS

"European Environmental Policies"

Santiago de Compostela - 24 a 28 de Março de 2004

O EDS (Estudantes Democratas Europeus) organiza mais um seminário, desta vez em Santiago de Compostela em parceria com as Nuevas Generaciones do Partido Popular espanhol.

O seminário terá a presença de José Maria Aznar, Mariano Rajoy (candidato derrotado do PP às eleições gerais de Espanha), Manuel Fraga (Presidente do PP da Galiza), entre outros.

A JSD estará presente através da Vice-Presidente do EDS, Ana Janine, e do Vice-Presidente da JSD, Helder Santos.

Conferência de Imprensa da CPD/JSD: "Rumo ao Futuro no Distrito de Setúbal"

"A Política só vale a pena a partir do momento que for feita a pensar nas pessoas que representamos. E não podemos consegui-lo sem que antes de mais criemos canais de ligação e informação que nos permitam radiografar problemas, para com maior rapidez, acutilância e eficácia apresentar as melhores soluções, ao nível dos órgãos autárquicos, mas também junto do Governo", podia ler-se no documento base de uma conferência de imprensa dada pela Distrital de Setúbal.

No Seixal, a 18 de Março passado, a CPD pretendeu chamar a atenção para diversos problemas da margem sul do Tejo e acusou as autoridades autárquicas de clara apatia na melhorias das condições de vida dos cidadãos.

Segundo Nuno Matias, líder distrital, o Projecto Rumo ao Futuro pretende "colocar a JSD disponível para conhecer e recolher os problemas, anseios e ideias das instituições e populações (...) demonstrando assim aos mais cépticos que a Política quando feita com irreverência, dedicação e inteligência é uma mais valia para a sociedade."

O texto integral será brevemente disponibilizado em "documentos" no site da JSD.



Actualidade

O Ministro da Presidência, Nuno Morais Sarmento, foi a figura central num colóquio-debate que decorreu na semana passada num hotel de Lisboa e que se destinou a assinalar e fazer um balanço do segundo aniversário do Governo de coligação que se formou na sequência da vitória nas eleições legislativas de 2002

- Foto Luís Saraiva



A elaboração do Plano de Pormenor para a zona do Parque Meyer, terá por base o “master concept design” de um dos maiores arquitectos do Mundo, Frank Gehry, anunciou o Presidente, Pedro Santana Lopes, garantindo que não será esquecido o projecto que está a ser elaborado pelo arquitecto, para requalificar o Parque. Na foto, Gehry com Santana Lopes, numa visita à zona de encosta do Bairro Alto que se sobrepõe ao Parque

- Foto: Lusa, Manuel Moura

A última conferência do ciclo organizado pelo Instituto Sá Carneiro, no “Teatro Tivoli”, teve a cultura como tema. Na mesa, o presidente do Instituto, João Bosco Mota Amaral, deu a direita ao Ministro da Cultura, Pedro Roseta; Pdoro Duarte, presidente da comissão parlamentar de Educação e Vasco Graça Moura, deputado no Parlamento Europeu, sentando à sua esquerda Eduardo Prado Coelho, escritor e jornalista.



Propriedade PSD-Partido Social Democrata

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas) Rua de São Caetano à Lapa, 9 1249-087 LISBOA - Telef. 213952140 - Fax. 213976967- Depósito legal nº1970/83 - I.C.S. nº 105690
Composição - Direcção dos Serviços de Comunicação-PSD - Imprensa - Mirandela Artes Gráficas, SA, Rua Rodrigues Faria, 103 - 1300 LISBOA
Distribuição - VASP Distribuidora de Publicações - Complexo Crel Béla-Vista - Rua da Tascosa, 4º Piso - Massamá - 2745 QUELIZ - Telef. 214398500 - Fax 213976967

POVO LIVRE

